

**ATA DA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e cinco realizou-se a Octogésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às nove horas e quarenta e dois minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Mauro Sparta e Vera L. Callegaro**, Representantes da Secretaria de Meio Ambiente; **Sr. Eberson Thimmig Silveira**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marilene Kostelnaki Franco**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante Suplente da SEDAI; **Sra. Mariângela Correa Laydner**, Representante do Secretário de Obras Públicas e Saneamento; **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sr. Luiz Alberto Carvalho Júnior**, Representante Suplente dos Amigos da Floresta; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sr. Paulino Olivo Donatti e Elton Roberto Weber**, Representantes Titular e Suplente da FETAG; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Arthur Germano Fett Neto**, Representante Suplente do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Carlos Henrique Dias**, Representante do IBAMA; **Sr. Sérgio Cardoso e Sebastião Teixeira Correa**, Representantes Titular e Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Srs. Clebes Brum Pinheiro e Eduardo Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Cláudio Dilda**, Representante Titular da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Kátia Maria Vasconcellos Monteiro, Núcleo Amigos da Terra; Dornelis Benato e Ângela Baseggio Troes, Farroupilha; Dionara Maclovia Cassina, AFAPAN; Adilson Lemos Resende, Vanini; Ivan Focli, São Domingos do Sul; Cristiano Hickel, Ingá; Sidnei Bruschi, CODEMA/PIERGS; Rosa Maria Feliditing, SOPS; Sílvia Cappelli, Ministério Público; Maureci Bergler, Gerente de Agrofomento Caixa/RS; Floriano Isolan, Consultor Florestal/PIERGS e Caixa/RS. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier, Representante da FAMURS, e secretariados pelo Sr. Mauro Gomes de Moura, Representante da FEPAM. **Pauta: 1. Discussão das Ata 80ª da Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Calendário de Reuniões de 2006; 4. Habilitação de Municípios; 5. Apresentação do Programa Estadual de Incentivo ao Plantio de Florestas; 6. Apreciação de Resoluções; 7. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Srs. Conselheiros, bom-dia a todos, sejam bem-vindos para esta nossa 81ª Reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. **1. Discussão das Ata 80ª da Reunião Ordinária do CONSEMA.** Inicialmente, gostaríamos de colocar em discussão e aprovação a Ata da 80ª Reunião. Caso haja alterações gostaria que os Conselheiros se manifestassem. Não havendo manifestação dos Conselheiros em relação à Ata da 80ª Reunião, consideramos a Ata **aprovada**. Passamos para o ponto seguinte da nossa Pauta. Temos algumas comunicações, vou pedir para o Mauro fazer a leitura. **2. Comunicações. Sr. Mauro Gomes de Moura:** Bom-dia, senhores e senhoras. O CONSEMA recebeu da Câmara Técnica Permanente de Mineração a Resolução CONSEMA sobre dragas, um ofício encaminhado dia 29-11-05: *A Câmara Técnica Permanente de Mineração, após várias reuniões, aprovou em 24-11-05 a minuta de resolução do CONSEMA relativo às dragas, cujo texto segue anexo para análise e aprovação desse CONSEMA. A resolução vai ser encaminhada agora para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.* O CONSEMA recebeu do Presidente da FEPAM ofício datado de 12-12-05: *Encaminhamos em anexo a minuta de proposta de resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, visando: 1 – regulamentação da publicação de pedido e licenciamento ambiental de competência estadual; 2 – estabelecimento de limites máximos de emissão para poluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas (caldeiras com queima de carvão, mineral para geração de vapor de processo e/ou energia elétrica).* A primeira resolução vai ser encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a segunda para a Câmara Técnica Permanente de Qualidade do Ar. Correspondência da CAVO, datada de Curitiba, 07-12-05, dirigido ao Presidente do CONSEMA: *Prezado Senhor, a CAVO Serviço e Meio Ambiente SA., na condição de empresa prestadora de serviços de tratamento de resíduos de saúde, sabendo das dificuldades para o destino final dos resíduos de saúde da Capital e região metropolitana, devido à determinação de suspensão da liminar que mantinha a vala séptica do Aterro do Santa Tecla, coloca à disposição as suas dependências, que pode ser a solução. Estamos instalados com a central de tratamento de resíduo sólido de saúde no bairro Restinga, com capacidade para 5 t/dia, sendo que hoje estamos*

60 *tratando apenas os resíduos gerados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em um total de 1 t/dia.*  
61 *As nossas instalações já foram vistoriadas pelos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de Porto*  
62 *Alegre – SMAM, bem como por técnicos da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz*  
63 *Roessler, culminando com a emissão da licença de operação LO n.º 130/05, através do qual podemos*  
64 *conferir a capacidade ociosa hoje instalada e disponível para o atendimento da demanda que ora se*  
65 *apresenta, outrossim, colocamos à disposição. Merlin Prestes Júnior – Superintendente da CAVO.*  
66 *Correspondência da Secretaria de Meio Ambiente – DEFAP, datada de 10-11-05, é uma correspondência*  
67 *dirigida ao Diretor do DEFAP, depois encaminhada ao CONSEMA: Prezado Senhor, tendo em vista a*  
68 *recente Resolução CONSEMA n.º 110/05, que amplia o rol de atividades da Resolução CONSEMA n.º*  
69 *102/05, no seu anexo III, item II, contraria o disposto no art. 2, Decreto Estadual n.º 43.324, de 31-08-04,*  
70 *que regulamenta o Sistema de Controle de Produtos Florestais Nativos no Território do Rio Grande do*  
71 *Sul e a nova TPF/RS. Recomenda-se a supressão do texto do item II, do anexo III, visando não causar*  
72 *dúvidas e controvérsias. Ressaltamos que os blocos de TPF/RS e dos respectivos selos já foram impressos*  
73 *e estão à disposição das Prefeituras habilitadas ao licenciamento florestal. Fabrício Azolin – Chefe da*  
74 *DLF. Acredito que seja encaminhado à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Da Sociedade de*  
75 *Engenharia, correspondência datada de 14-12-05, dirigida ao Presidente do CONSEMA: Sr. Presidente,*  
76 *ao cumprimentá-lo vimos solicitar a esse conceituado Conselho a possibilidade da nossa Entidade passar*  
77 *a ter vaga na Câmara Técnica Permanente de Mineração. Sendo o que tínhamos nesta oportunidade,*  
78 *firmamo-nos. Engenheiro Nilton Quites. Sr. Presidente: Consulto o Plenário do CONSEMA se podemos*  
79 *fazer a votação agora, ou fazemos no final? No final? Ok. Sr. Mauro Gomes de Moura: Do Presidente*  
80 *da Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria, Ivo Lessa, correspondência datada de*  
81 *31-10-05: Sr. Presidente, a Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria do CONSEMA*  
82 *tomou conhecimento em duas reuniões em duas reuniões ordinárias sobre o problema crescente dos*  
83 *nossos campos do Rio Grande do Sul, a proliferação do Capim Anoni II, apresentado pela AGAPAN e*  
84 *pela FARSUL, respectivamente. O Capim Anoni II é uma espécie forrageira exótica, que no primeiro*  
85 *momento, década de 70, foi apresentada como uma das soluções para a agropecuária do nosso Estado, e,*  
86 *posteriormente, notou-se um extraordinário poder de proliferação, devido às características e*  
87 *adaptabilidade ao nosso clima, concorrendo predatoriamente com as nossas pastagens. Por outro lado,*  
88 *sabemos que foram demandados trabalhos e/ou estudos sobre a manifestação pelo Capim Anoni II pela*  
89 *Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em parceria com órgãos estaduais, representantes das*  
90 *classes e Entidades afins. Baseado no exposto e conforme o consenso dos membros desta Câmara*  
91 *Técnica, gostaríamos que esse assunto seja discutido pelo CONSEMA, para a proposição de políticas*  
92 *públicas com o objetivo de controlar sua proliferação, pois além de um problema agrícola, a presença do*  
93 *Capim Anoni II tornou-se uma ameaça ambientalmente permanente. Sr. Presidente: Acho que esse*  
94 *assunto do Capim Anoni é com a Câmara Técnica de Biodiversidade, ou vamos fazer uma discussão direta*  
95 *na Plenária do CONSEMA em uma próxima reunião? Sra. Edi Xavier Fonseca: Bom-dia a todos. Pelo*  
96 *que eu tenho conhecimento esse assunto já foi discutido na Câmara Técnica, não sei se foi deliberado já*  
97 *na Câmara Técnica de Biodiversidade, mas na Câmara Técnica de Agroindústria e Agropecuária sim. Só*  
98 *não tenho certeza, Valtemir, mas já estive na Pauta da Câmara Técnica de Biodiversidade. Temos que*  
99 *verificar se já houve alguma deliberação na Câmara Técnica de Biodiversidade. Sr. Presidente: Então,*  
100 *faríamos uma consulta as duas Câmaras Técnicas se isso já foi objeto de análise lá e pautaríamos para uma*  
101 *reunião do CONSEMA. Sr. Mauro Gomes de Moura: Ofício datado de 26-11-05, também do Presidente*  
102 *da Câmara Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria, Ivo Lessa: Sr. Presidente, a Câmara*  
103 *Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria do CONSEMA, de acordo com o que foi*  
104 *estabelecido na 35ª Reunião Ordinária desta Câmara Técnica, que se realizou no dia 06-09-05, está*  
105 *encaminhando proposta relativo a critérios de estabelecimento de concessão de outorgas de direito de*  
106 *uso da água junto ao Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.*  
107 *Desde o início do nosso gerenciamento junto ao DRH/SEMA, a intenção foi de incentivar o setor de*  
108 *produção de arroz o Estado a obter o licenciamento de outorga nessa fase de implantação do Peraí, de*  
109 *modo de que todo o universo irrigante, que estimamos em torno de 13 mil produtores, regularize sua*  
110 *situação junto ao órgão outorgante. O nosso Estado apresenta uma situação peculiar em relação ao*  
111 *restante do País, pois produzimos a metade do arroz brasileiro, sendo que em torno de 50% utilizam*  
112 *barragem para irrigação. Dessa forma estimamos que existe no Estado, aproximadamente, 10 mil dessas*  
113 *obras, pois, segundo levantamento preliminar, a média de irrigação de cada barragem situa-se em torno*  
114 *50 hectares. A maioria das estruturas existentes foram implantadas há 20 ou 30 anos, tendo já*  
115 *consolidado suas situações de funcionamento. Praticamente todas as obras têm grande dificuldade para*  
116 *implantar alguma proteção nos taludos de montante, com exceção da fronteira oeste, onde existe*

117 *abundância de pedras para enrocamento. Consultando a literatura sobre o assunto, verificamos que uma*  
118 *das maiores incidências de ruptura de barragens é a falta ou a insuficiência de vertedouros para*  
119 *extravasas as chuvas intensas. A profissão dos taludos, embora recomendada pelos especialistas, não*  
120 *constitui fator de garantia de estabilidade ou estrutura, em especial de pequena magnitude e as que não*  
121 *apresentam ventos predominantes contrários, podendo a obra funcionar sem aquela proteção. Em termos*  
122 *gerais, os produtores que administram tais obras fazem a reforma de manutenção a cada dois ou três*  
123 *anos, de acordo com a necessidade específica, ou quando o talude passo ter sofrido alguma erosão.*  
124 *Salientamos também que o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia se manifestou*  
125 *recentemente ao DRH no sentido de que o profissional que assume a responsabilidade pela regularização*  
126 *de uma obra torna-se responsável de acordo com a lei. Citamos, então, o exemplo das Prefeituras*  
127 *Municipais que estão emitindo alvará de recebimento de projetos urbanos, ao invés dos alvarás de*  
128 *aprovação de projetos que eram emitidos anteriormente, transferindo-se assim a responsabilidade pelos*  
129 *laudos para os profissionais através de RT. Conforme o nosso estudo, sugerimos a Vossa Senhoria que*  
130 *solicite uma interfase do CONSEMA com o Conselho de Recursos Hídricos através do Secretário*  
131 *Estadual de Meio Ambiente, com as seguintes proposições: 1 – que a outorga aos produtores de*  
132 *irrigantes de arroz tenha o mesmo prazo de licenciamento ambiental, um a quatro anos; 2 – que a*  
133 *responsabilidade técnica dos profissionais habilitados pelos laudos de regularização de barragem e*  
134 *outras estruturas de irrigação defina a necessidade de existência e do tipo de profissão dos taludos; 3 –*  
135 *que seja criada a figura da ‘reforma de manutenção’ para aquelas obras que é necessária a*  
136 *reconstituição de taludos e outros elementos quando houver a renovação das portarias de outorga. Sendo*  
137 *assim, atenciosamente, Ivo Lessa. Sr. Presidente:* Em relação ao ofício da Câmara Técnica de  
138 Agropecuária e Agroindústria encaminharemos o ofício ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, no  
139 sentido de que a gente consiga tomar as providências solicitadas. Entendo que é meramente  
140 administrativo. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Ofício do IBAMA, assinado pelo Gerente Executivo  
141 Substituto Fernando Antônio Ribeiro Falcão: Ao cumprimentá-lo cordialmente, em função do Ofício  
142 Circular CONSEMA n.º 04/05, referente a 81ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio  
143 Ambiente, informo que devido a compromissos pré-agendados da Gerente Executiva deste IBAMA,  
144 Cecília Hypólito, informamos que o Sr. Carlos Henrique I. Dias, Coordenador Técnico do IBAMA, irá  
145 representá-la no próximo dia 16, às 9 horas, na sede da SEMA. Da URI, correspondência datada de 06-12-  
146 05: *Prezado Senhor, venho por meio deste justificar a minha ausência na Reunião Ordinária do Conselho*  
147 *Estadual do Meio ambiente, que será realizada no dia 16-12, devido à convocação recebida e atestada*  
148 *em anexo. Professora Elizabete Maria Zanin.* Consta aqui uma declaração da professora, que vai  
149 participar do XII Seminário de Aperfeiçoamento em Pesquisa. Um e-mail da FIERGS: *Sr. Presidente,*  
150 *informamos da impossibilidade dos representantes da FIERGS, Titular e Suplente de comparecerem a 81*  
151 *a Reunião do CONSEMA, a realizar-se no dia 16-12. A FIERGS enviará um representante na qualidade*  
152 *de ouvinte, o Sr. Sidney Bruschi. Atenciosamente, Marilene Conte – Executiva do Conselho de Meio*  
153 *Ambiente.* Do SINDIMADEIRA, datado de 26-10-05: *Prezado Senhor, na qualidade de representante de*  
154 *mais de 3 mil empresas e de 15 mil postos de trabalho do segmento madeira e móveis do Rio Grande do*  
155 *Sul, o SINDIMADEIRA/RS, fundado há 40 anos, com sede em Caxias do Sul, vem á presença de Vossa*  
156 *Senhoria solicitar sua inclusão como membro efetivo do CONSEMA. O nosso interessante é de participar*  
157 *do Comitê de Biodiversidade e Política Florestal, assunto que diz respeito de forma direta aos*  
158 *reflorestadores, serrarias e atividades correlatas, todas abrangidas em nossa representação empresarial.*  
159 *No aguardo de manifestação positiva e disposta a contribuir para o desenvolvimento harmônico do Rio*  
160 *Grande do Sul, firmamos. Serafim Gabriel Kissine – Presidente. Sr. Presidente:* Em relação à solicitação  
161 do SINDIMADEIRA é no mesmo sentido da Sociedade de Engenharia, a inclusão em Câmara Técnica.  
162 Em seguida, então, deliberaremos. Nós recebemos também uma comunicação da Câmara Técnica de  
163 Educação Ambiental, onde eles encaminham um ofício dizendo: *Sr. Presidente, a presente Câmara*  
164 *Técnica Permanente de Educação Ambiental vem por meio deste encaminhar alteração da Lei n.º 11.730,*  
165 *revista no Seminário Estadual de Educação Ambiental, conforme Ata da 44ª Reunião Ordinária, de 11-*  
166 *10-05. Estamos atendendo ao solicitado, sendo sugestão desta Câmara o envio deste, após análise do*  
167 *CONSEMA, à Casa Civil.* Então, entendo que não é lei, mas sim é uma alteração, é um projeto de lei  
168 alterando a lei. Consulto a Plenária do CONSEMA, entendo, acho que tem que ser encaminhado para a  
169 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas não sei se algum Conselheiro gostaria de consultar a proposta  
170 feita. Na verdade, a gente teria que dar um encaminhamento, a Assembléia Legislativa está de recesso,  
171 então, esse assunto não vai ser apreciado agora, teríamos um prazo até 15-02, ou coisa do gênero, ou  
172 início de março para que a gente encaminhe, mas a solicitação é no sentido de que o CONSEMA  
173 encaminhe para a Casa Civil. Então, entendo que há necessidade de uma análise por parte do Conselho

174 para que a gente possa encaminhar. Eu não analisei o assunto, não sei os outros Conselheiros, não sei se  
175 uma das representantes da Câmara Técnica de Educação Ambiental gostaria de se manifestar. **Sr. Sérgio**  
176 **Cardoso:** Eu acho que devido à importância desse tema, acho que para fortalecer o trabalho que o pessoal  
177 realizou até agora, esse é um conteúdo que deve ser mandado para todos os Conselheiros para na hora que  
178 chegar na Plenária, realmente, os Conselheiros terem o total domínio da proposta de alteração da lei.  
179 Então, isto assim acho que é uma sugestão de encaminhamento, podemos pautar em uma próxima reunião,  
180 de janeiro, ou fevereiro, mas acho que deve ser mandado para todos os Conselheiros essa documentação.  
181 **Sr. Presidente:** Então, o encaminhamento é para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e a Secretaria  
182 Executiva encaminhará, via *e-mail*, para todos os Conselheiros a minuta da alteração. Eu gostaria de  
183 solicitar ao Conselho um prazo, então, para quem tiver interesse de manifestar alguma contribuição. Em  
184 princípio, vamos votar o nosso calendário do ano que vem, em janeiro não teríamos, teríamos reunião em  
185 fevereiro, mas para que o assunto pudesse voltar à Plenária em fevereiro, teria que ter passado pela  
186 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, haveria a necessidade das contribuições dos Conselheiros  
187 estarem à disposição da Secretaria Executiva até no máximo dia 25-01, senão, não dará tempo para ser  
188 encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Consulto a Plenária se poderia ser o  
189 encaminhamento dessa forma? **Sra. Edi Xavier Fonseca (Questão de Ordem):** Toda e qualquer proposta  
190 deve ser passada antes pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para depois vir ao Plenário do  
191 CONSEMA, para ver-se está apta ou não para ser deliberada pelo Plenário. Então, independente da  
192 importância do conteúdo ou não, primeiro, o Plenário tem que saber se ela está em formato jurídico  
193 correto. Então, penso que deveríamos, primeiro, sempre antes de vir para a Pauta, o encaminhamento da  
194 Câmara Técnica deve passar pelo trâmite que havíamos combinado, sempre passar pelas Câmaras  
195 Técnicas pertinentes antes, Assuntos Jurídicos, depois vir a Plenário. Quando ela fosse disponibilizada  
196 para os Conselheiros, aí sim os Conselheiros têm que ter tempo hábil regimental de ler a proposta. Seria  
197 isso. **Sr. Presidente:** Eu entendo que estamos falando a mesma coisa. Na verdade, a minha proposta era  
198 de encaminhar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e disponibilizar para os Conselheiros, e  
199 aqueles que queiram apresentar contribuições teriam um prazo para apresentar contribuições, mas ela só  
200 voltaria para a Pauta do Conselho após passar pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, era esse  
201 o encaminhamento que eu queria dar. Se por um acaso a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos analisar e  
202 encaminhar o texto novamente para o Conselho, se nós quisermos emendar o texto, vai ter que voltar para  
203 a Câmara Técnica de novo. Então, na verdade, em função do prazo, até porque a Assembléia Legislativa,  
204 provavelmente, no início de 2006, esse assunto deverá entrar em Pauta, em função disso é que eu sugeri  
205 da possibilidade dos Conselheiros até o final de janeiro apresentarem suas contribuições. Caso o Conselho  
206 não queira a gente encaminha para os Assuntos Jurídicos e depois retornam as emendas, aí retorna para a  
207 Câmara Técnica de novo e volta para o Conselho de novo, aí estaríamos encaminhando isso para a Casa  
208 Civil, e, eventualmente, para a Assembléia Legislativa, em maio, junho de 2006. Então, querem que seja  
209 encaminhada primeiro para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para depois a gente apresentar as  
210 contribuições? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Não é questão de querer, Presidente. **Sr. Presidente:** Será feito  
211 assim, então. Em relação à solicitação da Sociedade de Engenharia para participar da Câmara Técnica  
212 Permanente de Mineração, submeto ao Conselho a aprovação da solicitação da Sociedade de Engenharia,  
213 no sentido de participar da Câmara Técnica de Mineração. Existe alguma contrariedade da Plenária da  
214 Sociedade de Engenharia participar da Câmara Técnica? Então, consideramos **aprovada** a inclusão da  
215 Sociedade de Engenharia na Câmara Técnica Permanente de Mineração, por unanimidade. No tocante à  
216 solicitação do SINDIMADEIRA, eles escreveram *comitê*, mas entendo que é a Câmara Técnica de  
217 Biodiversidade. Submeto também à Plenária a aprovação da inclusão do SINDIMADEIRA para participar  
218 da Câmara Técnica de Biodiversidade. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** No caso da Sociedade de Engenharia,  
219 que fomos consensuais para participar da Câmara Técnica, ela tem assento no CONSEMA, no caso, o  
220 SINDIMADEIRA não tem assento no CONSEMA. Quem coloca a indicação dos membros nas Câmaras  
221 Técnicas são aquelas instituições que têm assento neste Plenário. Então, acho que não é pertinente, não  
222 estou entrando no mérito se deve ou não participar, mas é uma questão de ponto de vista funcional.  
223 Acredito que não seja pertinente aqui aprovarmos o SINDIMADEIRA nessa Câmara Técnica sob  
224 pecarmos em outras instituições também terem o mesmo direito e a gente não conseguir mais ter controle  
225 sobre os funcionamentos e as instituições que vão fazer parte das Câmaras Técnicas. **Sr. Presidente:**  
226 Consulto a FIERGS se o SINDIMADEIRA ou as Entidades que fazem parte, as empresas, não sei se a  
227 FIERGS faz parte da Câmara Técnica de Biodiversidade, se a gente, eventualmente, pudesse incluir o  
228 segmento através da FIERGS. **Sr. Sidnei Bruschi:** Eu teria que levar para o com da FIERGS. **Sr.**  
229 **Presidente:** Nós encaminharemos um ofício à FIERGS colocando a postulação do SINDIMADEIRA,

230 sugerindo que a FIERGS se manifeste da possibilidade do SINDIMADEIRA, ou das empresas que fazem  
231 parte do segmento participarem da Câmara Técnica através da FIERGS. Pode ser assim o  
232 encaminhamento? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só gostaria de me manifestar, porque como essa é uma  
233 questão recorrente, Entidades que não fazem parte do CONSEMA solicitarem sua participação nas  
234 Câmaras Técnicas, ou mesmo em Plenário, as Câmaras Técnicas são abertas e qualquer Entidade, ou  
235 pessoa, pode participar da discussão da Câmara Técnica. É sem direito a voto, mas são abertas, não  
236 precisa a Plenária aprovar essas solicitações. Então, eu pediria ao Presidente que não colocasse em  
237 votação quando uma Entidade que não faz parte deste Plenário integrar o Conselho. Obviamente, fica a  
238 critério interno de cada instituição de mandar os seus representantes. **Sr. Presidente:** Ok. O próximo  
239 assunto de Pauta que temos, aí vou solicitar a autorização da Plenária para inverter a Pauta em seguida, no  
240 sentido do Item 5 ser imediatamente após o Item 3, que seria o Calendário de Reuniões. É no sentido de  
241 possibilitar que o Governo do Estado, através da Caixa/RS, que está com a gente aqui, a presença do  
242 Godoy e do Valau, representando a Caixa, apresentar a este Conselho o Programa Estadual de  
243 Florestamento, ou Desenvolvimento Regional com o Plantio de Florestas. Então, consulto a Plenária se  
244 todos concordam da gente antecipar o Item 5? Ok. **3. Calendário de Reuniões de 2006.** Quanto ao  
245 calendário, apresentamos a todos uma proposta de calendário para o ano 2006. Gostaríamos de consultar  
246 os Conselheiros se concordam, ou se, eventualmente, gostariam de alterar alguma coisa, ou se gostariam  
247 de tão-somente aprovar a primeira reunião de 2006 e aprovarmos o calendário em 2006. Não há uma  
248 posição fixa em relação ao assunto, é que como está no nosso Regimento temos que aprovar o calendário e  
249 publicá-lo em uma resolução. Então, fizemos uma proposta que em janeiro não teríamos reunião, em  
250 fevereiro teríamos reunião, em princípio, no dia 23-02, é uma quinta-feira; depois: 17-03, 19-04, 19-05,  
251 23-06, 20-07, 18-08, 27-09, 20-10, 24-11 e 14-12. Não sei se os Conselheiros têm alguma observação,  
252 alguma contrariedade às datas apresentadas. Alguma manifestação dos Conselheiros em relação ao  
253 assunto? Não havendo colocou em votação. Alguma contrariedade? **Aprovado** por unanimidade dos  
254 presentes. **5. Apresentação do Programa Estadual de Incentivo ao Plantio de Florestas.** Então, a gente  
255 gostaria de passar para o Item 5 da Pauta. Gostaria que a Edi se manifestasse, porque a proposição é da  
256 AGAPAN. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Antes de colocar essa questão da Pauta, só gostaria de fazer uma  
257 pergunta: se a Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos já está funcionando? Como foi encaminhada  
258 uma discussão da questão da mineração para essa Câmara, não me recordo se ela já foi instalada. **Sr.**  
259 **Presidente:** Eu teria que verificar, mas acho que não. Vou verificar e no final da reunião te digo. **Sra. Edi**  
260 **Xavier Fonseca:** Então, o objetivo da AGAPAN em discutir os ciclos de expansão do setor de madeira,  
261 celulose e papel é porque a gente tem acompanhado essa discussão na imprensa. E no Conselho, que é o  
262 órgão deliberativo e a instância máxima da política estadual de meio ambiente do Estado do Rio Grande  
263 do Sul, esse projeto ainda não foi apresentado para apreciação deste Conselho. Então, foi nesse sentido  
264 que a AGAPAN pediu para o Governo apresente esse projeto, principalmente da viabilidade da expansão  
265 de todo esse setor no Estado do Rio Grande do Sul. Seria essa a minha fala inicial, Sr. Presidente. **Sr.**  
266 **Presidente:** Então, após a manifestação da Edi, justificando e colocando a idéia da vinda do Governo do  
267 Estado para apresentar o projeto, gostaria de passara palavra para o Dr. Godoy da Caixa/RS, ligada à  
268 SEDAI – Secretaria de Assuntos Internacionais. Gostaria de colocar que o Secretário de Estado, o Dr.  
269 Pont, conversou comigo ontem, inclusive, colocando-se à disposição de estar aqui na reunião do  
270 Conselho, mas, também, colocando que a apresentação se daria através do segmento Caixa/RS. Nós  
271 entendemos que nesse momento, já que o objetivo era apresentar o programa, que nesse momento para o  
272 Conselho estaria sendo satisfeita a solicitação estando a Caixa/RS para apresentar o programa. Caso  
273 houver a necessidade de alguma manifestação política em relação ao assunto, caso haja a necessidade de  
274 uma outra discussão, o Dr. Pont se colocou à disposição para vir em uma próxima reunião para dialogar  
275 sobre o assunto. Depois da manifestação da Caixa/RS gostaríamos que o Dilda, ou alguém designado por  
276 ele, em nome da FEPAM, para também fazer uma breve manifestação sobre algumas atitudes que estão  
277 sendo tomadas em relação a esse assunto. Então, por favor, Dr. Godoy. **Sr. Dagoberto Lima Godoy:**  
278 Bom-dia a todos. Quero saudar o Presidente do CONSEMA e os demais membros. Dizer que a Caixa/RS  
279 se sente muito honrada nesta oportunidade de aqui estar para expor a sua ação dentro desse contexto do  
280 Plano Florestal do Estado. Estamos aqui não apenas para expor, mas, principalmente, para recolher  
281 subsídios, sugestões e críticas. Estou acompanhado pelo nosso Diretor de Operações, o Rogério Valau,  
282 pelo nosso Gerente de Agrofomento, Maureci Bergler, e pelo nosso Consultor Florestal, o Floriano Isolan.  
283 Viemos preparados para colher o máximo de subsídios desta importante reunião, desta importante  
284 oportunidade que nos é aberta. Gostaria de referir que a Caixa/RS é um órgão público, um órgão de  
285 Governo e um órgão de Estado. Isso quer dizer que o compromisso da Caixa/RS é com o interesse público

286 e o interesse público colocado dentro dos padrões referenciais do nosso tempo. No que diz respeito, então,  
287 a todos os projetos que a Caixa/RS examina, como agência financeira de fomento, existe sempre uma  
288 moldura referencial que está ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável. Agora mesmo acabamos  
289 de consolidar o nosso ideal de governança corporativa, em que fica absolutamente claro, que nós como  
290 órgão do Estado temos um compromisso com a transparência e com a ética em todos os nossos  
291 procedimentos. Digo isso porque o que talvez pudesse parecer óbvio representa um grande desafio,  
292 desafio que, aliás, é posto para toda a humanidade, especialmente para aqueles países em  
293 desenvolvimento, países que estão até lutando para sair da faixa de pobreza, que é como realmente  
294 conciliar os avanços maiores da civilização humana, que se consubstanciam justamente na formulação dos  
295 direitos humanos, da percepção, da necessidade de preservar o meio ambiente, os compromissos, enfim,  
296 sociais e ambientais com a realidade que enfrentamos. Como especialmente aqueles países, aquelas  
297 regiões, aqueles Estados que não se encontram nas condições ideais de praticar tal tipo de princípios,  
298 podem conciliar os princípios com as ações práticas que conduzam a uma premissa indesejável, que é a  
299 formação do substrato, sob o qual o sentido desses princípios possa-se desenvolver. Essa foi a grande  
300 questão que enfrentamos como agência de desenvolvimento. Como conciliar o substrato com o sentido?  
301 Isso caminha em uma faixa de realismo, mas um realismo comprometido com os princípios. Assim se  
302 enquadra o envolvimento da Caixa/RS com esse esforço de desenvolvimento, não apenas como foi dito da  
303 celulose, do papel, da madeira, mas de toda uma cadeia produtiva de base florestal que se apresenta para o  
304 Rio Grande do Sul como uma das raras oportunidades de reestruturação econômica, conseqüentemente, de  
305 reivindicação social, especialmente nas regiões mais empobrecidas do nosso Estado. O nosso Estado vive  
306 realmente um desafio muito grande, que é manter e sustentar o nível de desenvolvimento social,  
307 intelectual, cultural, que ele atingiu e que está gravemente ameaçado, justamente pelo fato de que a nossa  
308 infra-estrutura econômica tem perdido competitividade e em muitos dos seus ramos fundamentais está  
309 ameaçado. Não é preciso discorrer sobre isso, os Conselheiros todos estão perfeitamente a par, inclusive,  
310 do momento atual em que setores tão fundamentais para a nossa economia, como o próprio setor do  
311 agronegócio e dos seus derivados, onde se inclui, por exemplo, a questão da indústria calçadista, está  
312 realmente em uma crise ameaçadora. Então, como realmente conciliar o substrato com o sentido? Esse é o  
313 nosso desafio, também no que diz respeito ao desenvolvimento dessa cadeia de base florestal. O que existe  
314 no Rio Grande do Sul hoje é uma espécie de coroamento de uma série de ações que vinham sendo  
315 esboçadas e desenvolvidas a longo tempo no Rio Grande do Sul por diversas iniciativas, tanto do setor  
316 público como do setor privado. Todas essas ações e percepções voltadas para a identificação dessa  
317 oportunidade, que hoje se cristaliza com a afirmação que o Rio Grande do Sul dispõe de condições  
318 ambientais e logísticas realmente incomparáveis em termos nacionais e até mundiais. Não quero aqui  
319 fazer mais uma manifestação, o que um ex-governador nosso chamava de *as balacas do gaúcho*, não  
320 quero dizer que o nosso Estados seja o ambiente mais propício, sob ponto de vista ambiental e logístico do  
321 mundo, ou do Brasil, não, mas um dos mais, sem dúvida nenhuma. Isso vinha sendo percebido, entretanto,  
322 as coisas não aconteciam, e o que está realmente se presenciando no Rio Grande do Sul hoje é a  
323 cristalização dessa reação há tanto tempo esboçada. Isso se dá através de dois eixos fundamentais: um é o  
324 eixo, vamos dizer assim, espontâneo do mercado, quando grandes empresas desse ramo realmente  
325 consolidam a identificação do Rio Grande do Sul com uma possibilidade e passam a apresentar projetos e  
326 ações no sentido de investirem no Rio Grande do Sul na primeira etapa do projeto, que é a geração da  
327 matéria-prima madeira, com o plantio de florestas artificiais. Em outro eixo, que é o eixo do Governo do  
328 Estado do Rio Grande do Sul, que refletindo todas essas ações precedentes se propõe realmente a  
329 encontrar a maneira de completar a reação, que é nesse aspecto que entra a Caixa/RS, que foi buscar lá no  
330 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social os recursos financeiros adequados e viáveis  
331 para que não apenas as grandes empresas fortes em capital, mas sim um grande número de  
332 empreendedores dos mais diferentes setores da sociedade gaúcha, pudesse ingressar nesse processo, no  
333 aproveitamento dessa oportunidade, com vista ao esforço coletivo, mas também na busca dos seus  
334 próprios interesses privados. É assim que a Caixa/RS passou a divulgar essa oportunidade e acolher de  
335 uma forma muito interessante uma resposta diversificada e ampla em relação a essa oportunidade, que não  
336 é só uma oportunidade vaga do coletivo do Estado, mas passou a ser também percebida como uma  
337 oportunidade individual, não apenas nas pessoas já ligadas ao agronegócio, mas até mesmo no seio da  
338 sociedade civil, quando muito profissionais liberais têm percebido que o aproveitamento de terras ociosas,  
339 muitas vezes pouco favoráveis para outro tipo de exploração, poderiam ser até objeto de uma espécie de  
340 plano de previdência privada individual. Então, é nessa linha que a Caixa/RS entra, no sentido de no eixo  
341 governamental criar um ambiente em que essa atividade possa ser aproveitada pelo maior número de

342 pessoas nas mais diferentes regiões do Rio Grande do Sul e sempre dentro daquelas linhas que eu coloquei  
343 no início, de respeito aos parâmetros fundamentais, que mais do que qualquer um o Estado tem que  
344 respeitar, onde se incluem, evidentemente, os parâmetros ambientais. Uma coisa que choca bastante é  
345 realmente a idéia de que plantar floresta gera lucros, mas isso faz parte da eleição que a sociedade  
346 brasileira fez por uma economia de mercado, uma economia administrativa é uma economia capitalista.  
347 Esse é um mandamento da nossa constituição e que me parece que é ratificado constantemente pela  
348 maioria do povo brasileiro, mas o importante é saber qual é o conceito de lucros, não é somente o lucro  
349 financeiro. O que pretendemos enfatizar aqui é que quando a Caixa/RS se refere a lucros, está-se referindo  
350 a todos os lucros que são do interesse da sociedade, não apenas os lucros financeiros do empreendedor no  
351 retorno do seu investimento, mas os lucros sociais e até ambientais que decorre dessa atividade. Então, é  
352 verdade que o mundo tem fome de madeira, e nesse mundo se inclui o Rio Grande do Sul, o Rio Grande  
353 do Sul importa madeira, mas não só importa madeira. Infelizmente, o que acontece é o seguinte: no Brasil  
354 só um terço da madeira consumida vem de florestas plantadas. Então, de onde estarão sendo extraídos os  
355 outros dois terços? A resposta é óbvia, conseqüentemente, precisamos encarar essa realidade e responder a  
356 essa ameaça constante que se faz, pelas forças de mercado que nem sempre são disciplinadas, que nem  
357 sempre são atentas à disciplina legal, mas que exerce suas ações e investem na busca da madeira que é  
358 necessária para as atividades múltiplas do dia-a-dia da sociedade. Então, a nossa questão é essa, equilibrar  
359 as demandas sociedade com o uso sustentável dos recursos naturais. É nesse parâmetro que se enquadra  
360 todo o nosso esforço. Em primeiro lugar, nós temos que ver qual é a dimensão do esforço que nós estamos  
361 empreendendo, qual é o contexto em que nos inserimos. Se aceitarmos essa estimativa de uma área  
362 agricultável de 20 milhões de hectares no Rio Grande do Sul, vamos verificar que hoje temos em florestas  
363 plantadas ao longo do tempo, algo como 2%, menos de 2% dessa superfície, enquanto que outras culturas  
364 avançam, como o caso da soja em até 20%. Então, nós estamos tratando de uma fronteira incipiente da  
365 atividade florestal. Se nós conseguirmos, como espero que consigamos, estamos avançando nesse sentido,  
366 cumprir a meta que foi estabelecida pela própria Caixa/RS de no curto prazo, no nosso caso seria 2006,  
367 sofremos alguns tropeços tanto de ordem climática como de outros que não nos permitiu avançar tão  
368 rapidamente, mas ainda é possível chegar-se a 2006, 2007, a mais 120 mil hectares de florestas plantadas  
369 no Rio Grande do Sul. Se isso acontecer não chegaremos a 2% da área geográfica do Rio Grande do Sul e  
370 não chegaremos a 2,5% da área agricultável do Estado. Ou seja, se o nosso projeto for muito bem  
371 sucedido ainda estaremos dentro de uma franja apenas da ocupação do solo agricultável, especialmente,  
372 considerando que até mesmo por interesses econômicos esses 2,5%, esses 2% do solo agricultável será  
373 sempre no pior solo agricultável e não o melhor. A proposta do plano do Estado é essa conciliação, é o  
374 manejo florestal sustentável que concilia todos os condicionantes, especialmente os referenciais, sociais,  
375 ambientais e econômicos, porque somente se a equação econômica estiver atendida as outras coisas  
376 acontecem. Não creio que alguém pense na preservação ambiental a custo simplesmente da eliminação da  
377 população e criar espaços ambientais, mas não para o ser humano. Nós precisamos encontrar aquele nicho  
378 de compatibilidade em que as três dimensões se tornam atendidas. Então, no campo social o que  
379 enxergamos e estamos dispostos a discutir isso, se estaríamos enganados ou não, mas essa é uma  
380 atividade, em primeiro lugar, que vem complementar as outras atividades agrícolas que estão ameaçadas.  
381 Isso é mais um reforço de renda para os agricultores em complementação com a agricultura e com a  
382 pecuária, e como disse a pouco, sempre aproveitando as áreas menos propícias as outras atividades. Isso é  
383 possível graças ao uso de tecnologia avançada, isso é um dos fatores importantes do Rio Grande do Sul, o  
384 Rio Grande do Sul tem condições de capital humano, de capital de conhecimento capaz de aplicar a  
385 silvicultura de acordo com tecnologias avançadas que permitam a produtividade, inclusive, nas áreas  
386 menos férteis. Trata-se uma cultura que exatamente nesse momento dramático que passa o Rio Grande do  
387 Sul tem seu valor destacado, é uma cultura que tem mais resistência às estiagens do que outras  
388 explorações agrícolas. Nós que estamos agora em vias de ter mais uma estiagem consecutiva, deveríamos  
389 estar bem atentos a essa questão. A oportunidade para novos empreendedores, como eu já disse, atingindo  
390 os mais variados campos sociais, é uma atividade geradora de emprego e de renda, integra empresas e  
391 comunidades. Nós já temos experiências sensacionais aqui na metade sul, em Encruzilhada do Sul, por  
392 exemplo, Pinheiro Machado, são comunidades que estão-se transformando em termos de estrutura  
393 econômica e social já em função de uma incipiente, embora dinâmica, atividade florestal. As parcerias que  
394 são desenvolvidas, integrando indústria, comércio, transportes, serviços, enfim, uma nova qualificação  
395 profissional a partir de um núcleo básico que já temos, que foi gerado ao longo da história e que agora  
396 entra na oportunidade de se ter uma outra fase de desenvolvimento da indústria madeireira no Rio Grande  
397 do Sul, não mais a partir do extrativismo, mas a partir realmente de uma atividade sustentável e que

398 conserva os padrões do solo. A fixação do homem ao campo: sabemos todos que um dos grandes dramas  
399 que tem assolado o País é essa corrida para as cidades das pessoas que não conseguem sobreviver no  
400 campo e que não vão sobreviver também na cidade, a não ser em termos marginais. Pois essa é uma  
401 atividade que gera, especialmente na fase da implantação, mas, depois, ao longo de toda a cadeia,  
402 oportunidades de trabalho. A estimativa que se faz é que cada 15 hectares geram um trabalho e renda  
403 permanente para uma pessoa. E a idéia atual, que também faz parte das ações do Governo do Estado, de  
404 na busca das parcerias, da integração das diferentes atividades é atuar em arranjos produtivos. Nós já  
405 estabelecemos, está instalado o arranjo produtivo de base florestal que reúne todos os agentes interessados  
406 na questão florestal para discutir, assim como o Conselho nós temos os nossos grupos técnicos  
407 permanentes que examinam todos os aspectos, inclusive, o ambiental, mas, também todos os outros que  
408 envolvem atividade. Em termos de benefício econômico esse é uma coisa extraordinária, por isso que nós  
409 temos dito que esse projeto pode ser um projeto reestruturante da economia do Estado, especialmente na  
410 metade sul, porque a árvore de atividades que compõe a cadeia produtiva é imensa. Não fica só na  
411 celulose, no papel, mas avança pelo setor energético na área da construção civil, dos móveis, só em termos  
412 de placas e aglomerados já existe um leque enorme e chegamos até o final, à indústria do mobiliário em  
413 todas as suas dimensões atuais. Com isso, desde que tenhamos madeira, podemos atrair essa cadeia, sem a  
414 madeira nada se viabiliza nessa esfera econômica, mas com a madeira, imediatamente, surgem as  
415 oportunidades. Vamos poder substituir importações, tanto ao nível estadual como contribuir para a  
416 substituição de importações ao nível nacional. Vamos gerar excedentes de madeira plantada, ou seja, não  
417 das madeiras nativas, que são alvo, inclusive, de exploração irregular, mas da exportação de madeira  
418 plantada e colhida, auxiliando o esforço exportador do Brasil. Claro que geração de todas as formas de  
419 renda e a criação de uma vantagem competitiva para a indústria de base florestal, que já está instalada no  
420 Rio Grande do Sul. Nós temos, todos sabem, um dos lucros mais importantes é de fabricação de móveis  
421 no Brasil, e que está ameaçado também, é um dos que está em crise devido a essa questão do câmbio com  
422 o real muito valorizado, a exportações caíram, as exportações que estavam sustentando esse setor.  
423 Estamos com dificuldades grandes, é preciso buscar novos fatores competitivos para sustentar a nossa  
424 indústria, e um desses é esse e a madeira produzida em base local com a fabricação, por exemplo, de  
425 MDF, de compensados, de placas e aglomerados que possam chegar as nossas indústrias a preço mais  
426 baixo. Então, a repercussão socioeconômica é totalmente positiva. Benefícios ambientais: aqui talvez é  
427 que estejamos nos expondo mais à contribuição dos Conselheiros, mas estamos aqui para isso mesmo. Nós  
428 estamos convencidos de que há benefícios ambientais, e que esses benefícios ambientais já se traduzem  
429 pela realidade de experiências brasileiras. As grandes empresas que estão vindo para cá têm um histórico  
430 de comprometimento com respeito à legislação ambiental, não só ambiental, mas também social. A  
431 Votorantim, A Aracruz, por exemplo, são empresas que, inclusive, já estão inseridas naquele grupo de  
432 empresas de capital aberto que são tratadas diferenciadamente nas bolsas de valores pelos seus  
433 compromissos sociais e ambientais. A Stora Enso foi a primeira empresa a ser reconhecida com essas  
434 características na bolsa de Nova York. E essas empresas compõem um dos setores produtivos que mais  
435 investem na preservação de matas nativas, não apenas cumprindo a lei de reserva legal, vou dizer  
436 claramente porque, porque isso é uma das características das empresas modernas. Na medida em que a  
437 sociedade vai evoluindo, tomando consciência dos seus direitos e da sua força como consumida sobre os  
438 fornecedores, as empresas sentem cada vez mais obrigadas a responder a esses apelos da sociedade. Então,  
439 essas empresas, que são empresas de grande porte, que têm suas ações em uma bolsa, que precisam ter a sua  
440 marca respeitada, elas fazem todo possível para responder à sociedade, e isso se reflete, inclusive, em ir  
441 além, de tal forma que os projetos incluem, inclusive, o enriquecimento das matas nativas e até a sua  
442 expansão em termos de área. O uso, aquilo que disse logo no início, se não tivermos madeira plantada, de  
443 onde vem a madeira? Contrário senso, se tivermos madeira plantada, ali onde está escrito *evita*, talvez seja  
444 um exagero isso, mas, certamente, minimiza a agressão às reservas de mata nativa. Existe o CONSEMA, a  
445 SEMA, a FEPAM, para zelar pelo meio ambiente, pelos padrões ambientais e ao Código Florestal. Isso  
446 não é a vontade das empresas, isso é a fiscalização da sociedade através do poder público que faz isso. As  
447 tecnologias avançadas cada vez mais conduzem a essa otimização, grande parte das atividades predatórias  
448 são predatórias porque têm tecnologia baixa, na medida que a tecnologia avança, porque a predação  
449 também consome energia, consome custos. Então, as tecnologias evoluem no sentido do interesse  
450 econômico, evitando todos os desperdícios, onde se incluem, evidentemente, muitas das agressões que se  
451 fazem ao meio ambiente. Os plantios não concorrem com as florestas nativas, muito antes pelo contrário,  
452 cada projeto novo gera uma área de preservação permanente, inclusive, espontânea, e as florestas  
453 plantadas contribuem para regular o ciclo hidrológico. Ao contrário do que se diz, essa talvez seja uma das



454 questões mais polêmicas, mantém a diversidade e contribui para melhorar a qualidade do ar nas regiões  
455 circunvizinhas. Então, toda a nossa idéia é no sentido de caminhar para esse tipo de atividade em que o  
456 florestamento, ou o reflorestamento, está absolutamente condicionado e convergente com a proteção da  
457 biodiversidade, das encostas, da mata ciliar, enfim, uma coisa com visão de desenvolvimento sustentável.  
458 E aqui e outro aspecto importante do que está acontecendo, já temos experiência em outros lugares do  
459 Brasil, especialmente as grandes empresas estão contribuindo já implantando experiências aqui no Rio  
460 Grande do Sul, que é a consorciação do florestamento com outros tipos de exploração. Todos acho que já  
461 sabem disso, mas aqui há umas fotos que mostram o plantio das árvores se faz de uma forma mais  
462 espaçada, com orientação adequada, de tal forma que os primeiros dois ou três anos se pode fazer o  
463 plantio de grãos, por exemplo, lá para cima se planta arroz, aqui poderíamos plantar qualquer outro tipo de  
464 coisa, feijão, enfim. E a partir do terceiro ou quarto ano, quando as árvores sobem mais, então, faz-se a  
465 pecuária entre as árvores de uma forma muito produtiva. Eu queria mostrar este quadro que é muito  
466 interessante, isso é realidade, é experiência brasileira. Nós temos aqui algumas amostras de alguns Estados  
467 onde a atividade florestal se expandiu e mostra a evolução do IDH, justamente em municípios onde essa  
468 atividade se tornou muito intensa. Então, em São Paulo, por exemplo, cujo IDH do Estado está em 3,4%.  
469 Então, tivemos de 91 para 92, em Pilar do Sul, houve um crescimento do IDH de 9,8%; em Salesópolis de  
470 10,6%; Minas Gerais também, várias cidades e assim por diante, que é o que estamos vendo aqui no Rio  
471 Grande do Sul, nessas cidades que eu citei. Existe, realmente, um impacto socioeconômico importante e  
472 se cumprirmos as outras reservas, as outras obrigações de respeito ao ambiente, só se ganha em tudo isso.  
473 Para concluir, nós temos compromisso com a transparência, esse é um dos dados mais atualizados que  
474 temos: recebemos, desde 2004, 499 cartas-consultas de empreendedores individuais. Não foram todas  
475 aprovadas, porque passam por uma seleção já essas cartas, embora venham já assinadas e referendadas por  
476 um profissional responsável, passam por uma seleção e nós tivemos 302 projetos aprovados relativos a  
477 18.415 hectares a serem implantados, alguns já estão implantados, outros em implantação. Isso dá uma  
478 média por projeto de 61 hectares. Então, imaginem, isso dá bem uma amostra da dispersão dessa  
479 atividade, são 300 nas mais diferentes regiões do Rio Grande do Sul, isso pega a parte da serra, do  
480 nordeste, onde há o pessoal mais próximo da indústria moveleira e de acordo com as condições climáticas  
481 preferem o pínus, abrange outras regiões com eucalipto, com acácia, mas a Caixa/RS também pode  
482 financiar espécies nativas, ou quaisquer outros, mas essas têm sido as preferidas pelo seu conteúdo  
483 econômico. E temos ainda 54 projetos em análise, abrangendo mais 3.600 hectares, também uma média de  
484 70 hectares. Não estamos financiando grandes maciços florestais, e as próprias grandes florestadoras não  
485 têm esse interesse, elas realmente têm a estratégia de buscar o resultado econômico em consonância com a  
486 preservação da sua marca, da sua imagem, da sua integração com as comunidades locais. Origem dos  
487 recursos do BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, assim como a Caixa/RS,  
488 a Caixa/RS Fomento Econômico e Social. Então, para concluir, estamos convictos de que o Programa  
489 Florestal do Rio Grande do Sul vai cumprir sim a legislação ambiental, está cumprindo e vai cumprir; vai  
490 incorporar novos conceitos de gestão dentro do princípio de desenvolvimento sustentável; utiliza pesquisa  
491 para aprimorar os sistemas silviculturais; incorpora agricultores e proprietários na promoção do  
492 florestamento para criar e distribuir renda e empregos; prima pelo uso múltiplo da floresta, visando  
493 agregação de valor à matéria-prima; desenvolve o APD Florestal, coisa que já está acontecendo, e  
494 consorcia os sistemas agroflorestais e silvipastoris. Então, o Programa Florestal do Rio Grande do Sul vai  
495 gerar a matéria-prima, que viabilizará o desenvolvimento da cadeia produtiva de base florestal,  
496 reestruturando a economia da metade sul do Rio Grande do Sul, e com isso melhorando a qualidade de  
497 vida das nossas populações. Essa é a nossa convicção e estamos aqui justamente para ouvir e esclarecer  
498 tudo que estiver ao nosso alcance. Eu encerro com essa frase da nossa Ministra do Meio Ambiente, a  
499 Marina Silva, que é uma lutadora pelos cuidados com o meio ambiente: *Floresta plantada é o plantio de*  
500 *árvores crescendo de valores ambientais, sociais, culturais, tecnologia e econômicos.* Podíamos tomar  
501 isso como uma espécie de lema do projeto que estamos tocando aqui no Rio Grande do Sul com o apoio  
502 de todos. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Gostaríamos de convidar o Prof. Cláudio Dilda, Presidente da  
503 FEPAM, para fazer algumas colocações em relação ao programa. Em seguida passaremos para um debate  
504 sobre o assunto. **Sr. Cláudio Dilda:** Caras Conselheiras, caros Conselheiros, prezados mestres: assim  
505 como de um modo geral a sociedade gaúcha, o resultado da promoção do investimento na atração de  
506 investidores do setor do Rio Grande do Sul, ele vem no momento em que algumas questões o órgão  
507 ambiental precisa ainda aperfeiçoar. Razão pela qual, então, dito sucintamente, a FEPAM vai promover,  
508 juntamente com o APL Florestal um zoneamento ecológico voltado para a finalidade para a qual propõe o  
509 Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o florestamento. Então, já está em andamento a

510 formatação desse projeto, que deverá ficar pronto em março, abril, do próximo ano. Essa proposta não  
511 afasta a exigência de na medida em que o zoneamento assim o apontar, da solicitação da exigência de que  
512 se façam estudos de impacto ambiental mais detalhados. É uma proposta em discussão, assim como o fato  
513 e nós precisamos, na verdade, ter essa tranqüilidade de quem efetivamente vai licenciar esse segmento,  
514 que é um cenário que está gerando ainda algumas discussões, apesar do andamento que tem sido dado,  
515 mas, a FEPAM continua licenciando essas atividades. Considerado o argumento de que se trata de uma  
516 cultura tal qual a cultura do arroz, e no avanço desse processo tenham certeza que outras estarão incluídas,  
517 isso é irreversível, soja e outros. Pois bem, qual o estágio atual, então? Em relação à região nordeste, a  
518 região dos Campos de Cima da Serra, o processo está mais avançado, está quase pronto, os licenciamentos  
519 estão suspensos até essa conclusão, já estão suspensos. No que diz respeito à metade sul é o cenário inicial  
520 que eu coloquei, zoneamento e Eia-Rima. A VCP já está licenciada nos termos da licença, não me lembro  
521 agora o número dela, mas é recente, tem uns dois meses. O Arno está aqui também, o Juarez, o pessoal  
522 está aqui se houver a necessidade de maiores detalhes. Porém, a necessidade que sentimos é a de,  
523 efetivamente, agora, conhecidas as intenções, porque isso também é de conhecimento recente para nós,  
524 organizarmo-nos para um plano onde sejam cotejados os investimentos com a segurança ambiental  
525 necessária e, evidentemente, contemplando as aspirações da sociedade, que tem todo o direito de tê-las,  
526 estipulá-las e no processo, então, em que se façam esses estudos se possa tomar decisões com maior  
527 segurança. Não sei se acresce alguma coisa? Omiti? Não? Está bem no geral? Ok. **Sr. Presidente:**  
528 Agradeço a participação do Prof. Cláudio Dilda. Gostaríamos de convidar, então, para a Mesa o Dr.  
529 Dagoberto Godoy e o Prof. Cláudio Dilda para que a gente possa fazer um debate, no sentido de que  
530 possam os Conselheiros fazer as suas colocações. Antes do debate gostaria de solicitar aos Conselheiros,  
531 estarei passando uma lista no sentido de atualizarem seus *e-mails*, pedindo a gentileza de cuidarem com a  
532 forma de escrever porque, eventualmente, colocando um ponto a mais, um ponto a menos, alguma letra  
533 não ficando muito clara o pessoal da Secretaria Executiva tem dificuldade de encaminhar os *e-mails*, e  
534 também o telefone. Então, peço para os Conselheiros preencherem essa lista no sentido da gente isso  
535 atualizado, até para facilitar os nossos trabalhos. Também gostaria de lembrar a todos a presença da Dra.  
536 Sílvia Cappelli, do Ministério Público, que está participando da nossa reunião do CONSEMA. Então,  
537 gostaríamos de lembrar a todos e agradecer. Então, desde já abro para a Plenária, a Edi já se inscreveu e  
538 gostaria de passar a palavra. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu tenho vários questionamentos, mas gostei  
539 muito da fala do Presidente da FEPAM, que diz que conhecidas as intenções, parece que ele está  
540 conhecendo hoje, a FEPAM vai trabalhar e começar a fazer o plano para o possível licenciamento dessa  
541 atividade no Estado do Rio Grande do Sul. A pergunta que fica, se esse zoneamento não foi feito ainda, só  
542 vai ser feito em março e abril, provavelmente, vai estar terminada a primeira fase, se já existem áreas  
543 plantadas e se elas foram licenciadas ou não? Essa é a minha dúvida. E se estão licenciadas, quem  
544 licenciou, já que o órgão licenciador do Estado do Rio Grande do Sul é a FEPAM? Gostaria de saber  
545 quem fez essa licença, então. Em relação à apresentação do Dr. Luiz Alberto Lima Godoy, não vou entrar  
546 no mérito dos benefícios que o senhor listou, porque todos eles ao meu ver são extremamente  
547 questionáveis do ponto de vista socioambiental. Eu vou-lhe perguntar uma coisa: o Rio Grande do Sul há  
548 mais de 30 anos tem florestas plantadas e sabemos os impactos que as florestas causam à sociedade e ao  
549 meio ambiente, mas, estranhamente, no seu IDH não foi colocado o Estado do Rio Grande do Sul, as  
550 cidades onde existem essas florestas plantadas. Qual seria o IDH dessas cidades no Estado do Rio Grande  
551 do Sul? Melhoraram ou não? Vocês têm uma avaliação no Rio Grande do Sul? Essa seria uma pergunta. A  
552 outra questão que eu gostaria de deixar colocada é em relação à questão dos empregos. Nós sabemos que a  
553 alta tecnologia diminui o número de empregos, não aumenta o número de empregos. Se vocês têm isso já  
554 pesquisado, qual é a geração de emprego em relação à monocultura de árvores? Então, vou colocar  
555 algumas questões: a gente sabe que a introdução de espécies exóticas causa danos ambientais  
556 irreversíveis. No início da reunião mesmo foi lido um documento da nossa Câmara Técnica de  
557 Agropecuária e Agroindústria, que é presidida pela FARSUL, que colocou o Capim Anoni como uma das  
558 invasoras que tem causado danos ambientais nos últimos anos. Então, considerando que o Brasil tem  
559 sofrido inúmeros impactos econômicos, ambientais, com introdução de espécies exóticas invasoras, como  
560 o Capim Anoni, que foi dado esse nome porque o *grande entusiasta* da introdução dessa espécie foi um  
561 fazendeiro cujo sobrenome era Anoni, que ela vem da África do Sul. Assim como *aedes aegypti*, como o  
562 siribidu, do Oceano Indico, o *pinus heliotys*, dos Estados Unidos, o eucalipto que é da Austrália. Há uma  
563 série de culturas exóticas que foram introduzidas no Estado. Então, isso vai descaracterizar, está  
564 descaracterizando já o nosso Estado essa introdução de espécies exóticas, culturalmente, economicamente,  
565 isso com certeza vai agravar a nossa metade sul tão sofrida. Outra questão é que monocultura de árvores

566 exóticas comprometerá, com certeza, ao contrário do que foi afirmado pelos seus benefícios, aí positivos,  
567 da monocultura, afetará o lençol freático da região da metade sul, que já sofre com a escassez de água  
568 hoje. Então, se vocês têm algum estudo em relação a isso gostaria que fosse apresentado para a sociedade.  
569 E a questão que nos preocupa também é para quem será produzido esse papel? Já que o consumo de papel  
570 por pessoa nos Estados Unidos é de 320 quilos/ano, no Brasil são 28 quilos/anos. Esses dados são do  
571 Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Isso significa que 12 vezes menos a gente consome papel.  
572 Então, para quem vai ser produzido esse papel, que é um dos enfoques, já que a Stora Enso, a Aracruz, são  
573 as instituições que estão envolvidas, empresas que estão envolvidas nesse projeto? Gostaria de saber para  
574 quem está sendo produzido esse papel. E se o senhor tem conhecimento do projeto de biodiversidade que  
575 o Estado do Rio Grande do Sul está desenvolvendo, inclusive, foi objeto de análise deste Conselho na  
576 última reunião, que nos parece incompatível esse projeto de reflorestamento com o projeto de  
577 biodiversidade do Estado, uma vez que esse projeto visa a redução da biodiversidade e o uso sustentável  
578 do nosso solo. Então, parece que esses dois projetos são incompatíveis. Eu andei acessando o  
579 [www.caixars.com.br](http://www.caixars.com.br) para ter informação desse projeto e fui lá que serão plantados 1 milhão de hectares  
580 nos próximos 10 anos de florestas com espécies exóticas. Gostaria de saber se isso se confirma ou não e se  
581 as empresas envolvidas são as que estão listadas, que são a Votorantim, Aracruz, Stora Enso, Isdra,  
582 Satiper, Cambará, Unidos, Tanaka, cerca de 10 empresas mais ou menos. Então, gostaria de saber se  
583 confirma essas empresas ou não. Outra coisa, que também peguei alguns livros aqui da Índia, da Bandana  
584 Shiva, que é uma batalhadora na questão ambiental, e a Índia, a África do Sul, o Uruguai, o Chile, já são  
585 países que têm problemas com monoculturas de espécies exóticas. Gostaria de saber se o Estado tem  
586 conhecimento do que aconteceu nesses países e qual a posição do Estado em relação a isso, se pretende  
587 transformar o Rio Grande do Sul no mesmo problema que está acontecendo com esses países. Seriam  
588 essas as perguntas por enquanto. **Sr. Presidente:** Vou passar a palavra para o Dr. Dagoberto Lima Godoy,  
589 porque são várias perguntas, senão, se fizermos um bloco de três perguntas haverá problema de resposta.  
590 **Sr. Dagoberto Lima Godoy:** Eu diria que todas as questões colocadas pela Dona Edí têm que ser  
591 respondidas dentro do contexto inicial que eu coloquei. Nós temos um desafio, não estamos vivendo no  
592 mundo ideal, nós temos várias necessidades imperiosas a serem atendidas, entre as quais não esqueçamos  
593 que existe a demanda social de populações grandes que estão à margem do processo de desenvolvimento,  
594 estão na linha da pobreza, ou da miséria, e que precisam ter uma resposta, essa resposta não poderá ser  
595 feita apenas em termos conceituais, te que ser feita em termos de oportunidades de trabalho, de geração de  
596 renda. Então, temos que estar sempre presentes a isso, temos que conciliar os nossos ideais com as  
597 necessidades prementes, que são exigidas soluções também pelos nossos ideais. Então, agora passo a  
598 responder um a um os itens, espero ter anotado todos. Sobre a questão do IDH, nós não temos ainda neste  
599 momento a resposta, mas não tenho dúvida nenhuma que o IDH dessas regiões, desses municípios a que  
600 eu me referi está melhorando. E vou-lhe dizer o seguinte: onde estão os mais altos índices de IDH no  
601 mundo inteiro? Não será nos países escandinavos? Não será Suécia, Finlândia, Noruega? Qual é a  
602 participação no substrato econômico desses países na atividade florestal? Na Finlândia 60% do território  
603 agricultável está tomado por florestas. A Suécia construiu aquilo que hoje é admirado por todo mundo  
604 como uma sociedade evoluída, equilibrada e justa, fundamentalmente, na produção de madeira. E não foi  
605 na produção de madeira diferente do que a senhora referiu como monocultura. Aliás, quando a senhora  
606 refere como monocultura, está desconsiderando uma parte importante da minha exposição, que mostra que  
607 um dos cuidados que estamos tendo é evitar que a atividade florestal conduza à monocultura, muito antes  
608 pelo contrário, o que nós falamos aqui foi de policulturas, foi de consorciação. A senhora não registrou  
609 isso, peço que registre. Quanto à questão dos empregos, estou falando de empregos sustentáveis, os  
610 empregos sustentáveis não podem desconhecer a tecnologia. No mundo de economia globalizada,  
611 queremos nós ou não, isso é uma imposição dos fatos, sobrevivem as economias competitivas, as  
612 economias competitivas têm que ter evolução tecnológica, porque a senhora quando vai buscar os itens  
613 necessários para o seu consumo, há de escolher sempre o melhor, o mais evoluído, pelo menor preço. Isso  
614 tudo é fruto da tecnologia e só a tecnologia atualizada e competitiva é que mantém empregos sustentáveis.  
615 A produção econômica está em um mundo competitivo, quem não tem tecnologia adequada perde a  
616 competitividade, tende a desaparecer no mercado e com essa empresa, essa produtora, desaparecem os  
617 empregos. Então, esta é uma outra conciliação que é um desafio para o mundo de hoje: como atender de  
618 um lado as próprias demandas da sociedade que querem sempre o mais novo, o melhor, o mais barato, o  
619 mais fácil, o mais cômodo, com a geração de empregos? Isso é um desafio que não é do Rio Grande do  
620 Sul, isso é um desafio do mundo. Quero mencionar aqui que com muito orgulho sou militante da  
621 Organização Internacional do Trabalho, sou membro do Conselho de Administração da Organização

622 Internacional do Trabalho e dedico boa parte da minha vida na busca de uma resposta a essa questão.  
623 Agora, a verdade é o seguinte: não podemos voltar as costas para a tecnologia, senão, não vamos sequer  
624 manter os empregos atuais. Sobre monocultura já falei, não vamos defender monocultura, acabei de  
625 mostrar que a Caixa/RS está pulverizando pequenos bosques em toda a superfície do Rio Grande do Sul. E  
626 as empresas de maior porte têm que apresentar projetos que, inclusive, passam pela aprovação da FEPAM,  
627 em que essas questões haverão de ser preservadas. A comparação com o Capim Anoni me parece  
628 despropositada, a não ser para referendar os cuidados que devemos e estamos tendo com isso. Quanto aos  
629 problemas que haveria nesses países citados: o Chile, Argentina, etc.; gostaria também de conhecê-los,  
630 porque pelo que sei o Chile, que hoje se apresenta como uma ilha diferenciada dentro do contexto de  
631 perplexidade em termos de desenvolvimento da América Latina, teve e tem ainda hoje no setor madeireiro  
632 um dos sustentáculos da sua economia. Isso eu sei, isso tenho bem presente. Quanto à descaracterização,  
633 acabei de mostrar que estamos aqui com menos de 2% da superfície agricultável do nosso Estado em  
634 termos de florestas plantadas; mas que descaracterização é essa? Eu não enxergo, francamente, não  
635 enxergo. Para quem vamos produzir madeira? Para quem possa comprar, é para isso que a gente produz as  
636 coisas, para vender a quem possa comprar. O que acontece hoje é quando o Brasil não importa madeira,  
637 ele está exportando empregos, está alimentando empregos lá fora, é a geração de renda lá fora. O que  
638 precisamos é equilibrar isso e o que está salvando no momento o Brasil, a economia brasileira, é a  
639 exportação. Então, grande parte dessa madeira, da celulose, do papel, dos móveis, da madeira cerrada e da  
640 madeira para a energia, haverá sim de ser exportada, graças a Deus, porque assim nós vamos poder obter  
641 as divisas que necessitamos para comprar outras coisas que são demandadas pela sociedade brasileira.  
642 Sobre esse programa da biodiversidade, confesso ainda a minha ignorância peço perdão, mas gostaria  
643 muito de conhecer o programa a que se referiu. A referência a 1 milhão de hectares, 1 milhão de hectares é  
644 uma espécie de proposta idealística. Como eu disse, nós estamos fazendo um grande esforço para atingir a  
645 meta dos 120 mil hectares que a própria Caixa/RS estabeleceu. Acho que no médio prazo, esse médio  
646 prazo, no caso, o florestamento comercial se situa ao redor justamente do ciclo produtivo, digamos assim,  
647 em 6 ou 7 anos poderemos chegar a bem mais do que isso, isso porque uma planta de celulose se viabiliza  
648 com um fornecimento de aproximadamente 100 mil hectares. Nós já temos as nossas florestas plantadas,  
649 estamos plantando mais, mas se quisermos, realmente, aproveitar todas as oportunidades de implantar  
650 plantas de celulose com total respeito às condições ambientais, usando a melhor tecnologia nesse sentido  
651 de preservação, nós vamos precisar plantar mais. Um milhão de hectares acho que vamos demorar a  
652 chegar lá. Quero dizer que Minas Gerais, por exemplo, já passou muito tempo disso e não se tem notícia  
653 que isso tenha causado mal a Minas Gerais. Acho que respondi tudo. Muito obrigado. **Sr. Presidente:**  
654 Vou passar para o Dilda, porque houve uma manifestação em relação à FEPAM. **Sr. Cláudio Dilda:**  
655 Conselheira Edi, o que foi licenciado até o presente momento, aliás, referiste com propriedade, o  
656 reflorestamento vem sendo feito há muito tempo, temos florestas bastante antigas plantadas no Estado,  
657 mas no que diz respeito ao licenciamento desses empreendimentos, o que nós temos dentro da FEPAM é o  
658 licenciamento da CVP e da Aracruz, um processo em andamento da Tanaki, tem uma denominação, a  
659 Tanagro. Com relação à necessidade desse zoneamento que seria um instrumento muito importante para  
660 que se planeje, efetivamente, ele vem no momento em que nós tomamos conhecimento dessa proposta de  
661 um empreendimento de maior escala e ocupando uma área bastante significativa da região da metade sul  
662 do estado. Ora, em relação a isso, como não existia até a pouco a externalização de uma demanda, embora  
663 reconheçamos que o Estado do Rio Grande do Sul carece de um zoneamento ecológico e econômico,  
664 ferramenta básica para o planejamento das ações que interfiram nos empreendimentos, atividades que  
665 interfiram no meio ambiente, mas não tínhamos a informação dessa demanda, senão, agora, recentemente.  
666 Razão pela qual buscou-se uma forma diferenciada de construir uma proposta de licenciamento, que não é  
667 a de se licenciar só pontualmente empreendimento por empreendimento, mas na sua visão de conjunto,  
668 porque é estudando esse conjunto que vamos ter a noção clara dos impactos que poderão ser causados, que  
669 irão ser causados na região. E no que diz respeito à região da serra, nordeste, como informei, os processos  
670 cuja entrada estava em tramitação na FEPAM, eles foram suspensos até a conclusão do estudo que está  
671 sendo ultimado. **(Funcionária da FEPAM):** O zoneamento da silvicultura veio e foi toda a demanda  
672 dessa atividade florestal, mas é uma atividade que a FEPAM não recebeu recurso, estamos com recursos  
673 próprios. Então, está em um ritmo menor do que a gente gostaria. E estamos tentando viabilizar recursos  
674 para agilizar esse processo. Então, estamos em um ritmo menor do que a gente gostaria que fosse e  
675 tentando viabilizar outras fontes de recursos para ter um aporte de recursos para se fazer mais essa  
676 atividade junto com todas as outras que a FEPAM tem a responsabilidade de fazer. **Sr. Cláudio Dilda:**  
677 Isso no que diz respeito a campos de Cima da Serra. Enquanto isso estão cessados os licenciamentos. **Sr.**

678 **Presidente:** Solicitaram a palavra o Sérgio, do Comitê das Bacias, depois a Káthia, do NAT, depois o  
679 Susin. Vou solicitar, Sérgio, se for possível a manifestação em 3 minutos. **Sr. Sérgio Cardoso:** Já foi  
680 falado, mas a questão do Capim Anoni é mais um alerta, Dr. Godoy. Acho que a gente tem que aprender  
681 com as coisas, porque, na verdade, as pessoas que trouxeram isso para o Estado como uma solução  
682 milagrosa não estão mais aqui e o Estado que vai pagar para recuperar esse dano todo causado pela  
683 proliferação, digamos, dessa praga. A questão do IDH, com todo o respeito, eu acho que o senhor deu uma  
684 forçada, se fosse nesse sentido Triunfo teria o IDH mais alto do Rio Grande do Sul, porque cada cidadão  
685 ali vale 2 mil reais porque arrecada muito enquanto município. Entendo a sua colocação, mas acho que se  
686 forçou um pouco nessa comparação. E uma frase que eu acho que é uma pérola no sentido que não cabe  
687 ao senhor ser o entendido: *Florestas plantadas regulam o ciclo hidrológico e mantêm a biodiversidade*. O  
688 que mantém a biodiversidade é a diversidade por si só. E a questão do ciclo hidrológico a gente sabe que o  
689 Estado do Rio Grande do Sul está passando por uma grande seca e as bacias hidrográficas são as nossas  
690 unidades de planejamento, precisam ser vistas dessa forma. Então, não podemos ter um grande impacto  
691 dentro de uma única bacia já que a água é tão pouca. Eu só não entendi a questão daqueles projetos que  
692 foram apresentados, eles foram aprovados pela Caixa para depois, em um segundo momento, esses  
693 projetos virem para a FEPAM para pedir licenciamento, é isso? Porque já está liberado o dinheiro, ou só  
694 libera o dinheiro depois que tiver o licenciamento ambiental? Porque senão uma coisa fica condicionada a  
695 outra, de repente a questão ambiental vai ser chamada de novo por alguns aí como *gargalo da economia*  
696 *do Rio Grande do Sul*, porque a gente sabe, na verdade, a questão do procedimento, não de gargalo a  
697 questão ambiental. **Sr. Presidente:** Sérgio, eu vou passar a palavra para a Káthia, a gente responde em  
698 bloco. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Não vou fazer perguntas, vou fazer algumas  
699 colocações. Primeiro, temos que ter em mente que quando a gente fala em meio ambiente o homem está  
700 inserido no meio ambiente, não existe isso de que o homem está a parte. Quando se fala que queremos um  
701 ambiental equilibrado, está-se falando de água, ar, solo, em relação do homem, senão, nós também não  
702 estaríamos aqui. Então, é antes necessário dizer que qualquer atividade humana causa impacto ambiental.  
703 Quero reforçar a importância da FEPAM continuar fazendo todos os licenciamentos ambientais no Estado  
704 do Rio Grande do Sul. Eu acho de extrema preocupação a possibilidade que esse licenciamento específico  
705 possa sair da FEPAM e que isso esteja sendo cogitado de alguma instância de governo. Isso é realmente  
706 inadmissível, a FEPAM faz todos os licenciamentos ambientais, porque todas as atividades ambientais são  
707 uma cadeia produtiva, aí se já faz o licenciamento de arroz vai ter que fazer o de soja, vai fazer o de  
708 floresta também. Com relação aos números, vamos a alguns números apresentados, isso não são  
709 questionamentos, são comentários: 120 mil hectares seria a proposta do Governo do Estado, só a  
710 Votorantim tem uma proposta já divulgada na imprensa para 60 mil hectares a Stora Enso não me lembro  
711 do número agora, mas, também, já anunciou outros tantos mil hectares, desses 120 mil hectares, 18 mil  
712 seriam pulverizados. Então, realmente nos preocupa porque é uma área bastante grande, bastante  
713 compactada um ecossistema natural. Nós não estamos falando de floresta, é óbvio que ninguém neste País  
714 hoje em dia pensa, ou pelo menos não deveria pensar, em colocar floresta nativa abaixo para fazer  
715 qualquer outra atividade, isso é inconcebível, ainda mais no Rio Grande do Sul. Estamos falando de um  
716 outro ecossistema, que é o pampa, que não é devidamente valorizado pela comunidade, mas é de extrema  
717 importância pelas suas características naturais e por ter sido a base da economia gaúcha durante muitas  
718 décadas, até durante séculos, que foi a pecuária, que se manteve esse período todo subsistindo do pampa, a  
719 nossa cultura é baseada no pampa. E essa proposta das grandes empresas, que não foram mencionadas  
720 aqui, os grandes projetos, que são esses que preocupam as Entidades ambientais, são esses grandes  
721 projetos, não foram apresentados aqui e são na metade sul, ou seja, quando se fala em metade sul está-se  
722 falando de pampa. Vejam que não estou falando da Aracruz, que ainda não anunciou o seu investimento e  
723 muito menos onde seria, se seria aqui na região onde ela já está localizada, ou se seria na região do pampa.  
724 Quero falar também da questão do pínus, não só da questão do eucalipto, mas do pínus sim, traçar um  
725 paralelo com o Capim Anoni, o pínus é uma espécie invasora, o pínus se propaga sozinho, poderíamos  
726 dizer que ele pula a cerca e vai para o terreno vizinho, está invadindo áreas naturais no Rio Grande do Sul,  
727 como o Parque Nacional da Lagoa do Peixe. Tem-se problema de pínus no Parque Nacional dos Aparados  
728 da Serra, da serra geral, é um problema sério que não está sendo considerado. Então, não estamos  
729 desconectados da nossa realidade. O que mantém a APP não é a plantação, nós temos que ter uma  
730 recuperação de APP geral, hoje no Brasil muitas empresas florestais estão recuperando a APP, isso tem  
731 que se repassado para todos os setores, mas isso é lei, não estão fazendo nenhuma caridade, é lei, é  
732 obrigação deles. E quero reforçar essa colocação do Sérgio com essa idéia, que já é a segunda vez que  
733 vejo em uma apresentação, em um *slide*, mais do que falar é uma coisa visual apresentada, dizendo que

734 floresta plantada mantém biodiversidade. Isso é realmente um absurdo muito grande, é inconcebível que  
735 se continue a fazer esse tipo de colocação. **Sr. Geraldo André Susin:** Sr. Presidente, bom-dia a todos.  
736 Saudações ao Dr. Godoy, conterrâneo nosso de Caxias. Não temos perguntas, mas contribuições para  
737 enriquecer esse assunto. Quando se fala em sustentabilidade, de forma rápida é importante que se entenda  
738 essa questão como ambientalmente equilibrado, socialmente justo, para que economicamente seja  
739 sustentável. Então, na questão ambiental não vou entrar, porque o Sérgio, a Edi e a Káthia já entraram de  
740 uma forma muito boa, mas gostaria de relatar que há duas semanas fui a Terra de Areia, passei pela Rota  
741 do Sol, fui até Caxias, e ontem tive o prazer de fazer o caminho inverso, Caxias, Terra de Areia, levei 4  
742 horas, leva normalmente 2 horas e meia, 4 horas observando e percebemos ali muitos florestamentos de  
743 *pinus heliotys*. E confirmo aquilo que a Káthia colocou, na encosta nascendo árvores de pinus e em volta  
744 se proliferando demais. Outra observação, que na descida da serra mais de 20 tipos de gaviões foram  
745 avistados, mais diversas espécies. Claro, não vimos nenhum *spizaetus tyrannus*, vulgo gavião-pegamaco,  
746 ele está em extinção, tem 1,70cm, 2m de envergadura; nenhuma *harpia harpyja* também, mas  
747 vários tipos, mas nada próximo às áreas de florestamento. Então, só reforçando aquela questão da  
748 diversidade. Quanto ao aspecto social, verificamos nos apontamentos que a cada 15 hectares trabalha uma  
749 pessoa, ela consegue trabalho. Então, a gente verifica que em trabalhos de extrativismo muitas famílias se  
750 alimentam nessa área. Então, no aspecto social é fundamental que se observe o dado em outras culturas,  
751 em outros trabalhos. Para concluir, a questão social e a questão ambiental, quando elas vão mal o  
752 econômico vai mal, a gente percebe em matérias vinculadas à imprensa que os Estados de Nance's estão  
753 com uma cultura de destruir as suas casas, literalmente, para construir casas maiores, que a gente sabe da  
754 cultura deles, que é uma cultura competitiva, individualista e da cultura das aparências. E a gente sabe de  
755 dados que se a humanidade tivesse a cultura do consumismo e o poder do Estado de Nance's,  
756 precisaríamos de 20 a 30 anos de 3 a 4 planetas para exaurir. Então, a gente percebe que essa questão  
757 econômica está invertida, o social e econômico atendendo a uma necessidade econômica de um consumo,  
758 onde a nossa cultura de sustentabilidade deve ser ao contrário. O econômico está subordinado a nossa  
759 disponibilidade ambiental e social. Então, seria um foco inverso. Era isso que tínhamos para o momento.  
760 Obrigado. **Sr. Dagoberto Lima Godoy:** Primeiro, em relação ao Sérgio, essa questão do Capim Anoni  
761 certamente que foi um alerta e não deve ser esquecida, mas volto a dizer que não se deve comparar coisas  
762 heterogêneas. A própria cultura do eucalipto é muito anterior aqui no Brasil á entrada do capim Anoni, já  
763 é praticamente secular, de maneira que o alerta vale, mas está sendo dado por um fenômeno, vamos dizer  
764 assim, muito crítico e que não deve ser simplesmente estendido a todos os outros fenômenos na mesma  
765 proporção. Volto a dizer, disse isso exaustivamente, que todos os projetos que estamos financiando são  
766 desenvolvidos e referendados por engenheiros agrônomos. Dentro dos contextos, dos parâmetros éticos da  
767 sociedade devemos aceitar que engenheiros agrônomos credenciados, eu diria, juramentados, devem estar  
768 tão preocupados como nós e muito mais na questão profissional com a questão ambiental. Então, não  
769 estamos descurando de nada e jamais o projeto que está em andamento tem algo a ver com o fenômeno  
770 Anoni. Sobre o IDH, realmente, não entendi o que quis dizer, que eu forcei. Não, o que eu procurei  
771 estabelecer é o seguinte: fiz uma premissa de que atividade florestal sendo geradora de renda e de  
772 empregos, ela conduz ao desenvolvimento nas comunidades, e o desenvolvimento das comunidades se  
773 reflete no IDH. Foi isso que eu disse, acho que não há nada de forçado nisso. Falou também nas florestas  
774 plantadas, eu falo nas florestas bem plantadas dentro do contexto técnico, com toda a tecnologia adequada  
775 e que absolutamente não se chocam com a diversidade, elas não comprometem a diversidade, porque  
776 justamente seguem parâmetros que preservam a diversidade, evidentemente, onde está a árvore, onde está  
777 o grupo de árvores, mas em um ambiental ecológico circunvizinho. Sobre o licenciamento, acho que essa  
778 pergunta já foi respondida pelo Dr. Dilda, de maneira que não vou-me meter nela. A Sra. Káthia, os  
779 números, eu falo em 120 mil hectares no horizonte de 2006. Eu cheguei a dizer que devido a tropeços que  
780 tivemos, inclusive, de ordem climatológica, poderemos estender até 2007. Essa outra expectativa de 1  
781 milhão de hectares está em um outro horizonte de tempo e não é assustadora também, porque isso  
782 significaria chegar a 5% do nosso terreno agricultável, o que dentro dos cuidados ambientais e técnicos  
783 não apresenta ameaça nenhuma ao nosso ver. Agora, acho especialmente importante a questão do pampa,  
784 exatamente nos termos que foram colocados pela Dona Káthia. Ela disse assim: *o pampa foi fonte de*  
785 *riqueza, de produção no nosso Estado e isso está ligado a nossa cultura.* Atentem para o tempo do verbo  
786 o tempo do verbo é passado. Cultura, na minha opinião a melhor acepção dessa palavra diz respeito à  
787 associação com o saber viver, quer dizer, é culto um povo que sabe viver, é culta uma pessoa que sabe  
788 viver integralmente, ou seja, é culta uma sociedade desenvolvida. Então, apegar-se a uma cultura passada,  
789 a uma fonte de renda que não mais existe, pelo contrário, tem sido a origem, a causa, talvez a mais

790 importante do atraso da chamada metade sul, porque uma pecuária extensiva, com baixa produtividade,  
791 simplesmente está expulsando as pessoas daquela área. E aquelas que estão lá estão em um nível de  
792 qualidade de vida que não pode estar sintonizado com as preocupações, essas amplas que devemos ter e  
793 que se incluem, como foi dito, na abordagem do meio ambiente, da ecologia, onde o ser humano tem que  
794 estar presente. Então, eu acho que é um equívoco enorme propugnar pela preservação do pampa inteiro  
795 como está, baseado em argumentos dessa lógica. Eu acho que isso é um engano que, aliás, está muito  
796 ligado ao marca-passo da sociedade gaúcha, porque esse mesmo tipo de olhar para o passado sem  
797 vislumbrar as soluções do presente e muito menos as condições para construir um futuro maior e melhor,  
798 tem colocado o nosso Estado em grave situação de risco. Então, cuidado com essa alusão à cultura do  
799 pampa. A preservação da riqueza biológica do pampa estará assegurada desde que as premissas que  
800 colocamos aqui desde o início sejam mantidas, ou seja, cada projeto deve ser examinado e deve ter esse  
801 comprometimento em não agredir a diversidade biológica. Respeitar a diversidade biológica não significa  
802 conservar a natureza intacta, porque como foi bem dito, não sei se pela senhora, ou outra pessoa, toda  
803 atividade humana entra em conflito com a natureza, de maneira que é preciso conciliar o desenvolvimento  
804 humano com a preservação ambiental e não encarar isso em forma exclusiva, excludente, digo melhor.  
805 Meu conterrâneo Susin, não entendi bem essa questão do extrativismo, parece-me que você está dizendo  
806 que o florestamento estaria substituindo fontes de renda, é isso? **Sr. Presidente:** Não, ele quis dizer o  
807 seguinte: em algumas atividades, como é, por exemplo, o caso dos nossos pinheiros, das nossas araucárias,  
808 o fato de trabalhar com extrativismo, ou seja, colher a pinha, o pinhão, trará mais resultado social para  
809 aquelas pessoas daquele entorno do que retirar a árvore da araucária e plantar uma outra. **Sr. Dagoberto**  
810 **Lima Godoy:** Mas ninguém está retirando a árvore da araucária, ao contrário. **Sr. Presidente:** Ele quis  
811 fazer um comparativo de que a silvicultura é uma atividade que tem que ser considerada, a cultura e a  
812 utilização do extrativismo, mantendo-se o meio. **Sr. Dagoberto Lima Godoy:** Sem dúvida, não temos  
813 absolutamente nada a discordar, não se trata de uma coisa ou outra, muito ao contrário, é a soma das duas.  
814 Então, acho que respondi e agradeço a todas as intervenções. **Sr. Presidente:** Tenho mais alguns inscritos,  
815 a começar pela Dra. Sílvia Cappelli, do Centro de Apoio do Ministério Público. **Sra. Sílvia Cappelli:**  
816 Bom-dia a todos os Conselheiros. Gostaria de cumprimentar o Presidente deste Conselho Estadual de  
817 Meio Ambiente, o Dr. Valtemir Goldmeier, também saudar a presença do Dr. Godoy e a presença do  
818 Presidente da FEPAM, o Dr. Cláudio Dilda pelos esclarecimentos até aqui prestados. O Ministério  
819 Público do Estado do Rio Grande do Sul tomou conhecimento, inicialmente, pela imprensa, depois através  
820 do Centro de Apoio, por provocação do Promotor de Justiça de Pinheiro Machado, que inicialmente  
821 instaurou um inquérito civil e posteriormente uma ação cautelar. Provocado pelo Diretor Regional da  
822 CORSAN, que por sua vez estava preocupado naquela cidade com a qualidade da captação da água, do  
823 abastecimento público de Pinheiro Machado, pela plantação de eucaliptos no entorno do reservatório de  
824 água que abastecia a cidade. A partir da provocação desse Promotor de Justiça, o Centro de Apoio entrou  
825 em contato com a Presidência da FEPAM solicitando, e também à CORSAN, solicitando duas coisas:  
826 informações sobre o licenciamento ambiental dessa atividade de silvicultura e informações sobre a  
827 qualidade da água do reservatório da CORSAN; ambas as provas foram produzidas. Eu queria registrar,  
828 em primeiro lugar, o agradecimento público do Ministério Público à Presidência da FEPAM por toda a  
829 transparência que teve até este momento, atendendo às solicitações do Ministério Público. Queria registrar  
830 também preocupação, acompanhando a preocupação já externada pelos Amigos da Terra, no sentido de  
831 um questionamento, ou divergências jurídicas com relação às atribuições para o licenciamento ambiental.  
832 Essa é uma questão que muito nos preocupa, porque seria uma quebra de paradigmas e uma quebra com  
833 todo o sistema de meio ambiente, e uma exceção bastante preocupante, porque revelaria um tratamento  
834 diferenciado para uma determinada atividade econômica com relação não só à legislação, com a própria  
835 experiência do órgão ambiental, que é a FEPAM, que por mais críticas que possamos ter aqui e acolá, é  
836 formada reconhecidamente por profissionais altamente gabaritados e respeitados, não só no Estado do Rio  
837 Grande do Sul como em todo o País. Então, também nos filiamos a Amigos da Terra nessa preocupação e  
838 desejamos que seja mantida a atribuição da FEPAM em homenagem à legislação ambiental e que sejam  
839 superados eventuais entraves que possa haver. Eu faço uma analogia com o Município de Porto Alegre,  
840 porque a questão ambiental, e isso foi resolvido no Município de Porto Alegre através de uma licença,  
841 onde todas as pastas envolvidas se manifestam dentro do licenciamento ambiental para a Secretaria  
842 Municipal de Meio Ambiente. Então, todas as intervenções que são necessárias, por exemplo, de uma  
843 Secretaria de Indústria e Comércio, uma Secretaria de Agricultura, uma Secretaria de Planejamento,  
844 enfim, todas elas se resolvem dentro desse licenciamento que continua a cargo da Secretaria Municipal de  
845 Meio Ambiente, com manifestações dos demais órgãos. Fazendo uma rápida consulta, e já vou encerrar

846 esta manifestação preliminar, verificamos que compete ao DEFAP, ele é o órgão executor da política  
847 florestal do Estado, e a política florestal tem como finalidade o uso adequado e racional dos recursos  
848 florestais com base nos conhecimentos ecológicos. E os objetivos da política florestal são dois: instituir  
849 programas de florestamento e reflorestamento e manter o cadastro dos produtores entre outras coisas. Não  
850 vou-me alongar, mas a expressão *licenciamento ambiental* existe na legislação nacional e estadual,  
851 especificamente, para a FEPAM, que é o órgão licenciador. Superada essa preliminar, eu queria registrar  
852 que é de grande preocupação do Ministério Público, diz respeito no momento como prioridade número um  
853 com relação à lisura, à transparência e à legalidade do licenciamento ambiental. Nós estamos em um  
854 momento muito inicial, essa é a primeira informação que tenho de uma notícia pública ao Conselho  
855 Estadual do Meio Ambiente com informações preliminares. Na verdade, trata-se de grandes  
856 empreendimentos econômicos que vão corresponder a percentuais já referidos pelos senhores, 1,7% da  
857 área, enfim, os dados foram informados, mas que de qualquer forma se trata de uma cultura com  
858 empreendimentos de significativo valor econômico e com repercussões sociais, econômicas e ambientais  
859 bastante profundas e que merecem, e tenho certeza, uma reflexão e uma seriedade muito grande no trato  
860 dessas questões. Então, em virtude disso e das informações que parte foram alcançadas pela FEPAM  
861 nesse episódio de Pinheiro Machado, que corresponde a uma área muito pequena de licenciamento  
862 ambiental, a Promotoria de Justiça de Porto Alegre instaurou 13 inquéritos civis: um com relação aos  
863 grandes empreendimentos noticiados pela imprensa, VCP, Aracruz e Stora Enso. Então, foram instaurados  
864 13 inquéritos civis, basicamente o objetivo desses inquéritos civis que têm abrangência estadual é voltado  
865 para a investigação do processo de licenciamento ambiental e de seus antecedentes, inclusive, envolvendo  
866 os órgãos financiadores. Então, acho que esta é uma reunião bastante preliminar, nós temos preocupação,  
867 gostaríamos, por exemplo, de ver associada à demonstração, até em respeito à Constituição do estado do  
868 Rio Grande do Sul, que é expressa no seu art. 254, informando que todo o licenciamento ambiental que  
869 seja financiado por instituições públicas, perdão, é ao contrário, todos os financiamentos por instituições  
870 públicas necessitam a comprovação do licenciamento ambiental. Nós gostaríamos que isso ficasse muito  
871 transparente. E também é uma dificuldade, no momento que se faz um licenciamento integrado, e eu parto  
872 da própria informação da FEPAM, é preciso que se defina a localização exata desses empreendimentos.  
873 Nós temos uma preocupação muito grande quando o empreendimento recebe licença de operação e alguns  
874 itens constam como de efetivo plantio, mas outros constam como de plantio planejado. Então,  
875 questionamos: como se pode dar licença de operação para um plantio planejado quando a licença de  
876 operação exige a efetiva atividade, que deveria ser antecedida pela licença de instalação e licença prévia?  
877 E a nossa última preocupação diz respeito à necessidade de estudos de impacto ambiental, que devem-se  
878 seguir ao zoneamento ecológico econômico que a FEPAM, em boa hora, noticia para nós. Finalizando a  
879 minha intervenção, o que gostaríamos de registrar é que haja um compromisso de Governo, de respeito  
880 ao órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul. É preciso que o zoneamento ecológico econômico e  
881 os estudos de impacto ambiental sejam não só de fato, de direito e em verdade realizados com audiências  
882 públicas. E que seja mantida a suspensão do licenciamento ambiental enquanto esses estudos,  
883 profundamente, sejam realizados. É esse o objetivo do Ministério Público, o nosso objetivo não é fazer  
884 questionamentos ambientais, pelo menos neste momento, mas sim questionamentos genéricos que podem  
885 parecer formais, mas que de fato são garantidores do respeito da área ambiental. Essa é a nossa  
886 preocupação e gostaríamos que houvesse um compromisso de Governo com a área ambiental do Estado  
887 do Rio Grande do Sul, aguardando a conclusão do zoneamento ecológico econômico e a partir desse  
888 zoneamento dar a definição da necessidade de estudos de impacto ambiental, que certamente alguns  
889 biomas exigirão. Seria uma intervenção, não vou fazer uma pergunta, apenas esse registro. Muito obrigada.

890 **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu tenho uma indagação para o Dr. Godoy, se foi já aprovado algum  
891 projeto com espécies nativas para florestamento? Ele me disse que há essa possibilidade pela Caixa. Se ele  
892 tem conhecimento disso, e, por favor, qual a espécie. Também, no programa da Caixa, como está inserido  
893 o pequeno agricultor, o minifundiário, se vai haver uma transferência de renda para o minifundiário? Para  
894 a FEPAM, gostariam de saber-se a instituição está pensando, nesse processo de licenciamento, a  
895 porcentagem que vai ser ocupada em cada município, como a espécie florestal exótica? Se isso está sendo  
896 levando em conta. E se em cada projeto, também, está-se pensando a relação entre a área coberta pela  
897 espécie floresta exótica e a área de preservação permanente do projeto, tanto a área de preservação  
898 permanente legal, como a que o Dr. Godoy explicou aqui, a área de preservação espontânea que o projeto  
899 também poderá fornecer? E quando falo em área de preservação permanente eu me refiro à área de  
900 preservação permanente realmente demarcada e realmente registrada na matrícula do Registro de Móveis  
901 como tal. Se isso não está sendo levado em conta, até ficaria aqui uma sugestão como um dos critérios.



902 Obrigado. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Vou complementar algumas coisas. Primeiro, só a título de  
903 informação, que na agricultura familiar, em 15 hectares geram 4 empregos, quando o senhor falou que um  
904 trabalho de 5 hectares geraria emprego para uma pessoa. Acho que o senhor tem que rever esses seus  
905 dados aí. Eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de alguns movimentos: Movimento de Alerta  
906 contra o Deserto Verde do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do sul da Bahia; e da Rede  
907 de Alerta Contra o Deserto Verde e o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais? Uma vez que o  
908 senhor falou que não tem ninguém contra em nenhum lugar do Brasil onde há florestas plantadas,  
909 surpreendeu-me essa sua fala. E gostaria de saber como o governo está encarando essa questão de  
910 monocultura de árvores, uma vez o Rio Grande do Sul já tem uma larga experiência por monoculturas:  
911 arroz, soja; e entre outras que na década de 70 fez com que acontecesse o êxodo rural e foi objeto que hoje  
912 existe um dos maiores movimentos sociais do Brasil, que é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. E  
913 se o Governo pretende incentivar, enfim, engrossar as fileiras desse movimento através do incentivo da  
914 plantação de monoculturas de árvores. A gente sabe que os governos são muito inseguros, ou instáveis,  
915 em relação à questão dos incentivos fiscais; ora, visto, o senhor mesmo falou na questão das empresas  
916 calçadistas, que em um determinado momento, em um determinado período, principalmente na década de  
917 80 e 90 houve um grande incentivo governamental. Essas indústrias se instalaram no Rio Grande do Sul e  
918 hoje, por motivos de falta desse incentivo, simplesmente abandonaram os seus trabalhadores, enfim, e  
919 foram-se instalar em outros Estados sem nenhuma preocupação social no Estado que acolheu tão bem.  
920 Temos essa preocupação até, inclusive, com a indústria automotiva, que tem um prazo  $x$  de ter esse  
921 incentivo, no momento que o Estado tirar essa empresa também vai-se retirar do estado da mesma forma.  
922 Então, seriam esses questionamentos finais. **Sr. Sebastião Teixeira:** O Fórum Gaúcho de Comitês de  
923 Bacias hidrográficas, no mês de setembro, reuniu-se na FARSUL, onde tivemos um debate sobre a  
924 questão florestal e de lá partiu o ofício para o CONSEMA, pedindo esta Pauta, que se agregou a outros  
925 pedidos. Então, temos a oportunidade hoje de estarmos aqui discutindo. Nós temos um pouco de  
926 dificuldade quando a gente discute questões simplificadas, de certa maneira não integradas a uma política  
927 que desenvolva toda a questão florestal. Então, acho que estamos discutindo realmente uma via da política  
928 florestal através da Caixa/RS, onde existe um programa específico. E o que a gente gostaria realmente de  
929 fazer uma discussão é sobre toda a questão da política florestal como um todo, as suas implicações, nos  
930 recursos hídricos, principalmente, que é a questão dos Comitês de Bacia. E também não vou fazer nenhum  
931 questionamento, mas algumas colocações a título de colaboração. Acho que ninguém é contra o  
932 desenvolvimento e, mais do que nunca, hoje a sensibilidade é de uma forma do mundo todo, é que as  
933 pessoas tenham condições de viver pelo menos com dignidade. Eu acho que é isso que se busca em todos  
934 os programas e em todas as políticas. O que se carece, realmente, eu acredito, seja da pesquisa. Nós  
935 voltamos, eu acho, aos anos 70, onde houve o grande fenômeno da expansão agrícola, da mecanização, do  
936 uso de sementes selecionadas, do agrotóxico, do agroquímico de uma forma geral, sem que a população  
937 tivesse por parte dos órgãos públicos, principalmente, a capacidade de dar assistência técnica necessária  
938 para que os projetos fossem desenvolvidos com condições adequadas. Isso me parece uma coisa  
939 fundamental. Então, a nossa preocupação é que realmente se volte esse programa para essa  
940 responsabilidade que temos que ter com o programa em si, porque paralelamente a esse programa estão  
941 acontecendo, e cito novamente Caxias do Sul, que temos o nosso dia-a-dia de trabalho, onde está-se  
942 derrubando florestas nativas para plantar pínus, onde a Secretaria do Meio Ambiente tem atuado por esse  
943 motivo. E acredito que não seja só um privilégio de Caxias do Sul, onde existem agrônomos dando  
944 assistência técnica particular, aí acredito que entram naquelas questões de ganhos pecuniários em função  
945 da assistência técnica, quando a gente sabe que o órgão público no decorrer dos anos não tem tido a  
946 capacidade de prover o agricultor, o produtor dessa assistência necessária. Eu gostaria de colocar também,  
947 aí para a FEPAM, um grande pedido ao nosso amigo Cláudio Dilda, o qual tivemos a honra de conviver  
948 nessa luta, no dia-a-dia lá em Caxias, que a FEPAM procure utilizar a bacia hidrográfica como unidade de  
949 planejamento, porque isso está prevista na Constituição Estadual e é uma coisa que temos que valorizar,  
950 porque foi, democraticamente, instituída a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Então, que  
951 realmente seja utilizada, que sejam ouvidos os Comitês de Bacias, que têm essa função de criar o debate  
952 dentro do âmbito da bacia, e ouvis também os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, os  
953 COREDES e demais instituições ligadas à área. E que haja uma preocupação de não descaracterizar a  
954 nossa paisagem natural do Rio Grande do Sul, que é um patrimônio histórico e cultural, os Campos de  
955 Cima da Serra, o Pampa que foi colocado, essas feições geográficas do Rio Grande do Sul. Então, que  
956 haja essa responsabilidade, Dr. Godoy, porque, acima de tudo, temos um Estado que tem uma história de  
957 lutas, um estado que se firma em cima da cultura do seu povo e acho que isso é o patrimônio, acho que

958 não só do Rio Grande, é um patrimônio da humanidade, os nossos Campos de Cima da Serra, feição única  
959 no universo. Esse é o pedido, então, em nome dos Comitês, que o senhor respeite as bacias, as demais  
960 formas de discussão democrática e que se respeite o Rio Grande como patrimônio da humanidade. **Sr.**  
961 **Dagoberto Lima Godoy:** Em primeiro lugar, Dra. Sílvia, quero-lhe dizer que quanto a esse compromisso,  
962 não tenho condições de falar em nome do Governo do Estado, tenho uma atribuição muito específica, mas  
963 pelo que conheço, obrigatoriamente, conheço, esse compromisso com o órgão ambiental está  
964 absolutamente preservado. No que diz respeito às atividades da Caixa/RS, quero dizer que estamos  
965 permanentemente em contato com a FEPAM, felizmente, sempre com a disponibilidade e a competência  
966 do Dr. Dilda e da sua equipe, procurando ir à direção daquela conciliação, inclusive, no que diz respeito  
967 ao tempo. As oportunidades surgem e passam, e muitas vezes quando se exageram os cuidados, aquela  
968 velha aceção que o ótimo é maior inimigo do bom. Nós temos, inclusive, tempos de safra, temos decisões  
969 de investimentos, tudo isso são fatores que pressionam o poder público que tem que responder às  
970 demandas da sociedade, mas considerando tudo isso nós estamos *pari passu* sempre em contato com a  
971 FEPAM e com a SEMA. E posso dizer, inclusive, que esse aspecto que referiu dessa, talvez, falta de uma  
972 definição final das competências da FEPAM e do DEFAP, isso é objeto de grande preocupação do  
973 secretário, que está tratando disso, inclusive, tecnicamente, com consultoria. Acredito que brevemente  
974 essa questão vai ser resolvida estruturalmente, mas o respeito à FEPAM está preservada e indiscutível.  
975 Quanto ao Prof. Sérgio, o financiamento específico ao projeto de só nativas não, mas todos os projetos que  
976 foram financiados incluem o plantio de nativas. O que eu disse é o seguinte: está aberta a possibilidade.  
977 Evidentemente, como se trata de uma atividade de cunho econômico, senão houver proponente de pessoas  
978 que queiram buscar algo que acho que, teoricamente, é possível de tirar um partido econômico e de um  
979 plantio de espécies nativas, nós estaremos prontos a analisar, se possível com muito prazer apoiar, mas  
980 não existe esse caso até hoje. Quanto à questão do microagricultor, vou pedir que o nosso Gerente de  
981 Agrofomento, o Dr. Maureci, responda-lhe, porque é a oportunidade de mostrar o que a Caixa/RS faz  
982 nessa área, não apenas na questão do florestamento, mas as questões envolvendo a agricultura como um  
983 todo. **Sr. Maureci Bergler:** Bom-dia a todos. Professor, na realidade, embora a Pauta seja essa questão do  
984 florestamento, a questão do momento, na realidade, a Caixa tem uma atuação muito grande junto aos  
985 pequenos agricultores, inclusive, em parceria com cooperativas ligadas ao MST. Nós financiamos ano  
986 passado cerca de 850 moradias para uma cooperativa ligada aos pequenos agricultores. Nós temos uma  
987 atuação muito forte no setor leiteiro, que é um dos fatores que tem segurado o pequeno agricultor no  
988 campo, apesar das crises de preço, é a questão da bacia leiteira. Nós temos o programa de fruticultura da  
989 metade sul, que é um outro programa, está tendo um grande sucesso, e não só são grandes investidores,  
990 existem pequenos produtores na região de Pelotas, que está retomando a atividade que é a tradicional. Nós  
991 temos um programa de recuperação da ovinocultura do Rio Grande do Sul, que é uma atividade  
992 tradicional também, que por uma série de fatores tínhamos até o ano passado cerca de um terço do  
993 rebanho tradicional do Rio Grande do Sul, que se caracteriza, também, hoje, por pequenos produtores.  
994 Então, na realidade, a Caixa tem um espectro de atuação bastante grande e uma preocupação sim com  
995 esses pequenos agricultores. Eu fui Gerente do Banrisul, o Diretor Wallau na época era Chefe do  
996 Departamento de Crédito Rural do Banrisul, quando iniciou o PRONAFE, e o Banrisul na época foi o  
997 banco que mais aplicou PRONAFE em todo o Brasil. Nós chegamos a ter convênio com 68 cooperativas  
998 de leite. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Sistema florestal não? **Sr. Maureci Bergler:** Temos. Nós  
999 temos na região do alto Uruguai, por exemplo, que é uma região de minifúndio, de relevo bem  
1000 complicado, quem conhece, temos áreas financiadas de 5 hectares para pequenos agricultores. Tem uma  
1001 ressalva, porque existe o PRONAFE Florestal, mas quando é um pequeno agricultor que foge da linha  
1002 PRONAFE, a Caixa tem apoiado sim. Então, esse programa florestal não está concentrado na metade sul,  
1003 temos hoje cerca de 70 a 80 municípios atendidos de todas as regiões do Estado, desde da metade norte,  
1004 Campos de Cima, até a metade sul. **Sr. Dagoberto Lima Godoy:** Muito obrigado, Maureci. Espero ter  
1005 respondido ao Professor. Falta a Dona Edi que voltou ao debate. Eu não disse em momento nenhum que  
1006 não havia ninguém contra, não disse isso, disse que não conhecia os malefícios aos que a senhora se  
1007 referiu. Evidentemente que há movimentos que enxergam esses malefícios, mas eu penso que aí se trata de  
1008 uma questão de diálogo e não de imposição de idéias e de constatações. Nós estamos muito atentos a esses  
1009 movimentos, ouvindo sempre e procurando tirar lições, mas não somos obrigados a aceitar o que os  
1010 movimentos querem impor. Eu só diria o seguinte, Dona Edi: gostaria de saber o que a AGAPAN tem de  
1011 proposta para realmente nos ajudar na grande demanda que se tem, que é a de geração de emprego e renda  
1012 nessas áreas menos desenvolvidas, ou nada desenvolvidas? É importante isso, nós achamos que a  
1013 AGAPAN tem uma tradição e tem consistência suficiente para contribuir também pelo lado positivo. Ou

1014 seja, não apenas no sentido de alertar em relação ao que não pode ser feito, mas também nos ajudar a  
1015 encontrar os caminhos para resolver o problema das populações. Evidentemente, senão, ficamos  
1016 desamparados, não estamos em um mundo ideal. Finalmente, em relação ao Sr. Sebastião, queria  
1017 aproveitar a oportunidade, com a licença do Presidente, de passar a palavra, não sei se ao Dr. Wallau, ou  
1018 ao Dr. Floriano para dizer como o arranjo produtivo de base florestal está justamente trabalhando nessa  
1019 visão do todo, o que estamos fazendo para tentar tratar da questão florestal não apenas pelo financiamento  
1020 da Caixa/RS, não apenas pelo financiamento da Caixa/RS, ou da ação desse ou daquele, mas sim,  
1021 procurando coordenar isso tudo em uma ação, realmente, que preserve todos os interesses da sociedade  
1022 gaúcha. **Sr. Floriano Isolan:** Eu sou Engenheiro Agrônomo, tenho mestrado em Ciências Florestais e sou  
1023 militante na área ecológica e na área de consumo de alimentos sem veneno na Cooperativa Colméia. Fui  
1024 contrato pela FIERGS, colocado à disposição da Caixa, e as colocações que o colega Sebastião fez,  
1025 também, as tenho bem claras, nós temos que trabalhar dentro das microbacias. Nós estamos esperando que  
1026 a FEPAM conclua seus trabalhos, temos um arranjo produtivo onde há empresas grandes, empresas  
1027 pequenas, FETAG, FARSUL, enfim, as forças vivas estão lá sentadas conosco. Nós estamos verificando  
1028 que os agricultores estão satisfeitos com os plantios, o próprio MST tem plantado meio hectare de acácia  
1029 negra, ou eucalipto nos seus assentamentos na região da fronteira, porque eles verificaram que a floresta é  
1030 uma nova moeda, seja para o grande, seja para o pequeno. Os impedimentos, ou as normas que a FEPAM  
1031 está concluindo, alguma coisa já nos passou, eu adianto para todos aqui, cada projeto que entra a Caixa  
1032 tem um projeto ambiental, onde a questão da reserva legal, a questão das APPs estão contempladas.  
1033 Realmente, não está contemplada, e aproveito para responder ao Professor, as questões hidrológicas não  
1034 estão bem claras, porque a própria universidade ainda não passou para nós o seu conhecimento, mas todas  
1035 universidades, seja a Universidade do Rio Grande do Sul, a de Pelotas, a de Santa Maria, estão-nos  
1036 fornecendo. Enquanto não nos fornecem esses elementos estamos utilizando a literatura universal. Eu  
1037 mesmo trabalho com florestas a cerca de 35 anos. A questão hidrológica quem sabe é Santa Maria, tem-  
1038 nos apresentado mais informações, mas buscamos informações, muitas contraditórias da Índia, da África,  
1039 do Chile, nós estamos buscando as informações, as informações são contraditórias. Poso adiantar para  
1040 vocês que foi montado agora um trabalho com a Universidade de Fraiburg, da Alemanha, e a  
1041 Universidade de Santa Maria, e a de Pelotas, onde vai ser sim feito um estudo no Rio Grande do Sul,  
1042 campo nativo, floresta nativa, mas a recém foi implantado. Nós estamos levando isso em conta. **Sr.**  
1043 **Dagoberto Lima Godoy:** Eu creio que me resta apenas agradecer mais uma vez a esta oportunidade,  
1044 pedir desculpa, talvez, por excesso de ênfase, mas quero que saibam que assim como as pessoas que  
1045 militam neste Conselho e que chegam muitas vezes até à paixão pela causa, nós também temos paixão  
1046 pela nossa causa, que é a busca do desenvolvimento do nosso Estado. Muitas vezes a gente se entusiasma  
1047 demais, fala com muita ênfase como se fosse o dono da verdade, não somos os donos da verdade, estamos  
1048 muito atentos a todas as opiniões, queremos acertar. Eu agradeço à oportunidade que o CONSEMA nos  
1049 deu, na pessoa do Presidente Valtemir Goldmeier e a cada um dos Conselheiros. Ficamos inteiramente à  
1050 disposição, também do Ministério Público, como sempre devemos estar, lá na Caixa/RS, nós queremos  
1051 acertar, mas não queremos perder a oportunidade de algo que nos parece muito importante para fazer  
1052 frente a essa ameaça que paira sobre a estagnação do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, à  
1053 marginalização de um número tão grande de gaúchos a ponto de estarmos dividindo o nosso Estado em  
1054 duas metades. É um Estado só, é uma pessoa só e precisamos ter resposta para isso. Muito obrigado. **Sr.**  
1055 **Presidente:** Tem o complemento da resposta do Dr. Dilda e em seguida vamos dar o encaminhamento em  
1056 relação ao assunto. **Sr. Cláudio Dilda:** O Isolan praticamente já respondeu, sim, está sendo exigido e vai  
1057 ser a recomposição das APPs, assim como o atendimento à reserva legal. Então, isso é praxe, bem como, e  
1058 já na questão específica da VCP, a Votorantim, já está sendo feito o licenciamento por bacia, microbacia  
1059 hidrográfica. Então, esse é um referencial que nós estamos observando e aperfeiçoando. E nesse sentido  
1060 gostaria de assegurar aos Srs. Conselheiros que a FEPAM não tem, digamos assim, o instrumento perfeito  
1061 agora. Não sei se algum dia vai ter, porque é um permanente aperfeiçoamento. E é por isso sim, Dra.  
1062 Sílvia, concordamos plenamente, os espaços onde ocorre discussão, a audiência pública, ela traz, fornece  
1063 elementos muito importantes que corroboram e aperfeiçoam os mecanismos a serem lançados em relação  
1064 ao licenciamento ambiental, tendo, obviamente, claros aqueles objetivos que são de todos nós, um  
1065 ambiental equilibrado para uma boa qualidade de vida e em tudo que isso significa. **Sr. Presidente:**  
1066 Gostaria de agradecer a participação do Governo do Estado através da Caixa/RS, mas gostaria de dar o  
1067 encaminhamento e consultar os Conselheiros, primeiro: Dr. Godoy, vocês têm algum *e-mail* que a gente  
1068 poderia colocar à disposição dos Conselheiros que quiserem contribuir e encaminhar as contribuições?  
1069 Inclusive, no sentido das colocações de que, eventualmente, a AGAPAN pudesse encaminhar algumas

1070 sugestões de aperfeiçoamento do projeto, assim como todos os Conselheiros, porque, na verdade, o fato da  
1071 gente ter internet hoje nos permite ter uma audiência pública praticamente permanente. O outro  
1072 encaminhamento que eu gostaria de dar é que a gente programaria para março, aproximadamente, porque  
1073 a informação que tenho aqui, segundo o que foi colocado, existe uma idéia até 2007, 2008, de 120 mil  
1074 hectares, existem alguns megaprojetos, mas o que existe de fato são 21 mil hectares de projetos que foram  
1075 analisados. Segundo as apresentações que foram feitas, havia um bloco ali com 18 mil hectares e um outro  
1076 bloco de 54 projetos, que daria em torno de 3 mil hectares. Então, o que temos de fato em estudo no  
1077 Estado do Rio Grande do Sul são 21 mil hectares isso que foi apresentado. **Sra. Káthia Maria**  
1078 **Vasconcellos Monteiro:** Ali foi apresentado, estava entre parênteses que não contemplavam esses 18 mil  
1079 hectares. É diferente do que tu estás dizendo, além desses 18 mil hectares existem projetos já aprovados,  
1080 inclusive, licenciados, como o da Votorantim, que são 60 mil hectares. **Sr. Presidente:** O  
1081 encaminhamento que eu ia dar nesse sentido era de que, eventualmente, a Caixa/RS, ou a SEDAI, pudesse  
1082 encaminhar para o CONSEMA um relatório desses de, aproximadamente, 350 projetos aprovados.  
1083 Colocando, eventualmente, um mapa, onde estão localizados, porque os Conselheiros possam averiguar e  
1084 em cima disso a gente programar uma ação futura. Em relação ao primeiro assunto que entendo é o  
1085 encaminhamento, e aí as contribuições, um *e-mail* se tivesse. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu considero que  
1086 como proponente da Pauta, que o CONSEMA aguarde até a elaboração do zoneamento ambiental que será  
1087 realizado pela FEPAM, segundo o Diretor-Presidente apresentou agora, que deve ser em março ou abril. O  
1088 CONSEMA possa analisar, a FEPAM apresentar e o Conselho analisar, até para que esses impedimentos  
1089 possam ser licenciados, porque vão depender de Eia-Rima, audiência pública, enfim, o protocolo  
1090 ambiental todo tem que ser respeitados. **Sr. Presidente:** Então, aguardaremos que a FEPAM apresente ao  
1091 Conselho o estudo de zoneamento que está sendo feito, e, posteriormente, a gente se manifesta.  
1092 Independente disso eu acho que o canal pode ficar aberto no sentido de quem tiver contribuições ao  
1093 projeto que apresente para o segmento Caixa/RS, que está fomentando esse projeto. **Sra. Edi Xavier**  
1094 **Fonseca:** Talvez não tenha ficado bem claro, quero dizer também que a FEPAM não pode licenciar  
1095 nenhum empreendimento até que esse zoneamento seja feito. **Sr. Presidente:** O órgão ambiental estadual  
1096 entendo que tem competência para dar o encaminhamento necessário, o órgão ambiental do Estado fará,  
1097 segundo a metodologia que sempre o fez e acho que neste momento não temos como tirar uma  
1098 deliberação, até porque não temos mais *quorum* para dizer que os licenciamentos do Estado do Rio  
1099 Grande do Sul das áreas de silvicultura estão suspensos até que seja apresentado isso. Eu também entendo  
1100 que a parcimônia necessária está sendo adotada pelo órgão ambiental estadual. Então, acho não necessário  
1101 que a gente faça esse tipo de comentário. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** Eu entendo que  
1102 este CONSEMA tem competência sim de dizer para a FEPAM aguardar esses estudos, esses estudos, nós  
1103 dos Amigos da Terra sabemos que já vêm acontecendo a algum tempo, mas até por falta de recurso estão  
1104 indo bastante devagar. O CONSEMA teria essa possibilidade de dizer para a FEPAM não licenciar, mas,  
1105 realmente, tem essa questão de *quorum* que tem que ser considerada. De qualquer forma fica sugestão dos  
1106 Amigos da Terra que a FEPAM, então, aguarde esses estudos para proceder o licenciamento, assim como  
1107 já está fazendo na região dos Campos de Cima da Serra, que essa norma que está sendo aplicada para uma  
1108 parte do Estado seja aplicada para todo o Estado. **Sr. Presidente:** E para finalizar, qual seria o e-mail, Dr.  
1109 Godoy? **Sr. Dagoberto Lima Godoy:** É [godoy@caixars.com.br](mailto:godoy@caixars.com.br) ou [wallau@caixars.com.br](mailto:wallau@caixars.com.br). **Sr.**  
1110 **Presidente:** Também gostaria de fazer um último comentário, é que foi mencionado o nome do meu  
1111 município, o Município de Triunfo. Gostaria de lembrar que Triunfo, o assunto não estava em Pauta, foi  
1112 mencionado o IDH e Triunfo, não tem grandes relações, até porque Triunfo tem hoje um dos maiores  
1113 retornos percaptos de ICM. Tão-somente isso, não significa desenvolvimento, não significa IDH, nada  
1114 disso. Então, só gostaria de esclarecer, porque, às vezes, transparece que o Triunfo é o Município mais  
1115 rico do Estado e não é verdade, Triunfo tem hoje o maior retorno de ICMS percpto, população pequena,  
1116 mas em contrapartida Triunfo também tem hoje, aproximadamente, 10% da capacidade produtiva e  
1117 geração de ICM do Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, deixar claro isso, porque, às vezes, as coisas  
1118 são ditas e nós que defendemos os municípios somos obrigados a fazer essas colocações. Tenho algumas  
1119 pessoas que se inscreveram para dar alguns informes e também gostaria de consultar os presentes se  
1120 haveria a possibilidade, já que ficaram alguns assuntos pendentes, se pudéssemos fazer uma reunião  
1121 extraordinária no dia 28-12, para que a gente possa limpar a Pauta? Então, se a gente convocasse a reunião  
1122 faria uma consulta dois dias antes se as pessoas se fariam presentes, ou, então, teríamos que deixar para  
1123 fevereiro. Então, em princípio deixaríamos a próxima reunião para fevereiro. Assuntos Gerais, Dilda,  
1124 pediste a palavra. **7. Assuntos Gerais. Sr. Cláudio Dilda:** Srs. Conselheiros, somente gostaria nesta  
1125 última reunião do ano de 2005, ano em que a FEPAM completou 15 anos de existência, dizer aos senhores

1126 que a FEPAM, então, até como um brinde, vamos assim dizer, aos Srs. Conselheiros e aos presentes, vai  
1127 entregar na saída a segunda edição, a primeira foi da AGAPAN, do Rio Grande do Sul e a Ecologia,  
1128 crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo, do Luiz Henrique Roessler, que é o patrono da  
1129 FEPAM. Então, com muita satisfação estamos fazendo a entrega de um exemplar para cada um dos  
1130 presentes. **Sr. Geraldo André Susin:** Presidente, considerando a gravidade do que está acontecendo em  
1131 Farroupilha, gostaríamos de até citar a presença da Sra. Ângela Troes, da Sra. Dionara e do Sr. Dornelis  
1132 Benato, que são colaboradores da ALGA na serra, no eixo Farroupilha/Caxias. Em função da gravidade do  
1133 que está acontecendo, que aconteceu e está acontecendo em Caxias, dos crimes ambientais que pelo visto  
1134 continuam acontecendo. Deixando bem claro, não queremos a desabilitação, mas sim queremos que  
1135 cumpram a lei e que apresentem toda a documentação que até hoje não foi apresentada. Os problemas são  
1136 graves e Farroupilha já avisou, está acontecendo o mesmo que Caxias, porque com Caxias não aconteceu  
1137 nada. Então, é um mau exemplo. Tendo em vista isso gostaríamos que em fevereiro esse assunto visse à  
1138 Pauta, senão, a gente vai ter que tomar medidas outras, porque desde setembro temos uma delegação da  
1139 Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada, temos uma sugestão aqui de encaminhamento,  
1140 uma recomendação a este Conselho desde aquela época, foi lido neste Conselho, não está sendo tomada  
1141 providencia nenhuma. **Sr. Presidente:** Foram tomadas as providências, Conselheiros. No momento não  
1142 temos mais *quorum*, o assunto está pautado, a próxima reunião vai começar com os assuntos que não  
1143 foram pautados, posso-lhe garantir isso. **Sr. Geraldo André Susin:** Senão teremos que tomar medidas  
1144 judiciais, mas agradeço e em fevereiro traremos isso novamente aqui. Muito obrigado. **Sra. Káthia Maria**  
1145 **Vasconcellos Monteiro:** Só para lembrar que nós continuamos com dois problemas: as ONGs continuam  
1146 sem ter suas despesas ressarcidas para participar deste Conselho. Eu não vou fazer nenhum comentário  
1147 sobre isso, porque realmente é desnecessário. **Sr. Presidente:** E nós também continuamos esperando um  
1148 retorno. **Sra. Káthia Maria Vasconcellos Monteiro:** E nós vamos continuar esperando até quando, Sr.  
1149 Presidente? Até quando este Conselho vai ficar esperando por ações efetivas para que realmente possa  
1150 funcionar? Sem a participação efetivamente da sociedade este Conselho não tem legitimidade. A outra  
1151 questão era a questão da nomeação das novas Entidades. **Sr. Presidente:** Já fizemos o encaminhamento,  
1152 recebi a documentação da APEDEMA e a Secretaria Executiva encaminhou para o Secretário para tomar  
1153 as medidas cabíveis. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Eu como Presidente da Câmara  
1154 Técnica questiono a este Conselho se não poderíamos fazer a reunião no dia 28-12, porque os municípios  
1155 hoje vieram e existe uma expectativa muito grande, existem outros também para serem avaliados. Então,  
1156 gostaria de pedir ao Presidente que tentasse de qualquer forma marcar essa reunião no dia 28. **Sr. Paulino**  
1157 **Olive Donatti:** Eu posso no dia 29. **Sr. Presidente:** Pode ser dia 29? Não? Então, avaliaremos e contarei  
1158 com o apoio da SEMA, através da Dra. Vera Callegaro no sentido de fazer um contato com as Secretarias  
1159 de Estado da possibilidade do Conselheiros do Estado se fizerem presentes, daí tentaremos fazer a  
1160 reunião. A minha idéia era tentar fechar o ano de tal maneira que, inclusive, esses municípios que já estão  
1161 aí um bom tempo esperando pudessem iniciar o ano de 2006 com o seu respectivo processo de habilitação  
1162 feito. Na verdade, temos duas resoluções de suma importância que na reunião do dia 21, dos Assuntos  
1163 Jurídicos, deverão ser aprovados, que uma delas é a dos efluentes líquidos que a FEPAM tem-me cobrado  
1164 insistentemente, foi aprovado pelo CONAMA, foi feita a resolução e estudada pelas respectivas Câmaras  
1165 Técnicas, no Jurídico, deve ser aprovada na próxima reunião e subir para o CONSEMA. Isso está sendo  
1166 necessário ao órgão ambiental como parâmetro para o licenciamento ambiental de atividades  
1167 potencialmente poluidoras, resguardando a qualidade das nossas águas. Então, eu tinha o interesse de  
1168 fazer a reunião, até para poder trazer esse assunto para a Pauta. Então, em princípio teríamos assuntos.  
1169 Vou tentar junto com a Dra Vera fazer uma pesquisa da possibilidade de convocar a reunião. E agradeço a  
1170 intervenção do Germano. O Regimento Interno permite convocação de reunião extraordinária com 5 ou 6  
1171 solicitações, tem um número ali. Então, caso a gente opte em fazer uma convocação extraordinária se  
1172 usaria o Regimento Interno. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Eu pediria que não fosse feita essa reunião no dia  
1173 27, ou 28, sei lá, em função da Pauta ser extremamente importante e nós gostaríamos de estar presentes.  
1174 Como a gente esteve presente o ano inteiro na reunião do CONSEMA, não só a AGAPAN, mas as  
1175 Entidades ambientalistas de um modo geral. De repente vai ser uma Pauta que vai ser só governamental,  
1176 já que a maioria dos órgãos aqui são governamentais. Eu acho lamentável fazer uma reunião de Conselho  
1177 assim. **Sr. Presidente:** Mas não teria ninguém da AGAPAN para acompanhar? **Sra. Edi Xavier Fonseca:**  
1178 Não, é que a pessoa que vai vir acompanhar as reuniões pela AGAPAN, que é o Conselheiro Renato  
1179 Souza, ele vai estar novo nas atividades, não vai vir no pinga-fogo. A partir do momento que formos,  
1180 oficialmente, nominados, o Renato vai começar a acompanhar as reuniões do CONSEMA. Eu gostaria,  
1181 então, em respeito a gente ter sido assíduos o ano inteiro. **Sr. Presidente:** Vamos averiguar. Então,

1182 encerramos esta reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Agradeço a presença de todos e caso a  
1183 gente não se veja, feliz Natal, feliz ano-novo e que o ano que vem seja melhor do que este em todos os  
1184 sentidos. (Encerra-se a reunião às 12h29min)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.